

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da Casa das Artes de Arcos de Valdevez, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, sob a presidência de Francisco Rodrigues de Araújo, secretariado por Manuel Caldas Brito (primeiro-secretário) e Susana Maria de Melo Amorim, em substituição da segunda-secretária por motivo de ausência desta. -----

CHAMADA - à chamada, que se efetuou às dezassete horas, por falta de quórum à hora marcada para o início da reunião (dezasseis horas e trinta minutos), responderam sessenta e quatro membros da Assembleia Municipal. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS – apresentaram justificações de falta, que foram aceites, Ana Paula Lima Gomes, Carla Manuela Pereira Machado Lima da Fonseca, Elsa Cristiana da Silva Rocha e Maria Madalena Afonso Alves Pereira. -----

Não estiveram presentes nesta sessão, nem justificaram a respetiva falta, Alexandre Barreira Gomes, Arlindo Rodrigues Barbosa, David Manuel Rodrigues Ferreira Gomes, Luís Manuel Esteves e Maria Fernanda Gil Esteves Cerqueira. -----

A Câmara Municipal foi representada pelo seu Presidente – Olegário Gomes Gonçalves – tendo também assistido à sessão, na totalidade ou em partes, os/as Vereadores/as João Carlos Braga Simões, Emília da Graça Neto Cerdeira, Beatriz Maria Faria da Silva, Isabel Carvalho Araújo e Marco Aurélio Barbosa Amorim. -----

INFORMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA: - o Senhor Presidente da Assembleia informou que as senhoras e os senhores Rogério Manuel Barreiros Correia, Ana Rafaela Alves Fernandes Gave, Alexandra Cristina Rodrigues Esteves, Jorge Saraiva de Barros e Eduardo Filipe da Costa Esteves Pontes, do Grupo Municipal do PS; Maria Emília e Sousa Cerqueira, do Grupo Municipal do PSD, e Sandra Maria Pereira Pires Barreira, da CDU, solicitaram substituição por ausência temporária inferior a trinta dias, tendo sido convocadas/os para substituição nesta sessão as senhoras e os senhores Rui Manuel Cerqueira Galvão da Rocha, Alda Cecília Pinto Esteves, Alfredo Rodrigues Fernandes, Raquel Marisa Cardoso Antunes, Ana Paula Lima Gomes, Elisabete Dias de Sousa Amorim e Emília Fernanda Teixeira de Vasconcelos. -----

Deu conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão, declarando-a à disposição de quem pretendesse consultá-la. -----

Tendo-se procedido ao registo magnético da sessão, e verificando-se estar o mesmo em boas condições, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas. -----

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO:
- não houve inscrições para discussão do projeto da ata, vindo o mesmo a ser **aprovado, por unanimidade**. Não participou na votação quem não esteve presente na sessão a que a mesma respeita. -

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram Helena Silva (PSD) – *Anexo 1*; Raquel Antunes (PS) – *Anexo 2*; Elizabeth Fernandes (PSD) – *Anexo 3*; Alda Esteves (PS) – *Anexo 4*; António Maria Sousa – *Anexos 5, 6, 15 e 16*; Alberto Leiras (PSD) – *Anexo 7*; Flávia Afonso (PS) – *Anexo 8*; Norberto Brito (PSD) – *Anexo 9*; Vítor Sousa (PS) – *Anexo 10*; Fernando Fonseca (CDS) – *Anexo 11*; António Lima (PSD) – *Anexo 12*; Emília Vasconcelos (CDU) – *Anexo 13*; Alberto Faria – *Anexo 14*; Mário Cerqueira; Rui Aguiam – *Anexo 17*; Presidente da Assembleia e Presidente da Câmara. -----

Foram tomadas as seguintes deliberações: -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor Delfim Pereira Amorim**, apresentados pelos Grupos Municipais do PSD (*Anexo 1*) e do PS (*Anexo 2*) e subscritos pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Senhor António Maria Sousa. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Rodrigues Barros Alves** (*Anexo 3*), apresentado pelo Grupo Municipal do PSD e subscrito pelos Grupos Municipais do PS e do CDS, bem como pelo Senhor António Maria Sousa. -----

- **Aprovados, por unanimidade, dois votos de pesar pelo falecimento do Senhor António José da Silva Pacheco**, apresentados pelo Grupo Municipal do PS (*Anexo 4*), e pelo Senhor António Maria Sousa (*Anexo 5*), tendo-se associado aos mesmos os Grupos Municipais do PSD e do CDS. -----

- **Aprovado, por unanimidade, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Gomes Soares** (*Anexo 6*), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa e subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, do PS e do CDS. -----

- **Aprovado, por maioria com o voto contra de António Faria e onze abstenções** – Emília Vasconcelos, Alfredo Fernandes, Alda Esteves, Dina Sousa, Elsa Esteves, Flávia Afonso, Raquel Antunes,

José Pereira, Rui Rocha, Vítor Sousa e Rui Aguiam – **voto de louvor ao Senhor Arquiteto Carlos Alberto Rocha Gomes Pereira Machado** (*Anexo 15*), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa. -----

O Grupo Municipal do PS apresentou posteriormente **declaração de voto** – *Anexo 32*. -----

- **Aprovado, por maioria com o voto contra** de António Faria, **voto de louvor ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal – Comendador Dr. Francisco Rodrigues de Araújo** (*Anexo 16*), apresentado pelo Senhor António Maria Sousa. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO UM – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO (JUNHO - SETEMBRO / 2025): -

previamente distribuído por escrito, na forma habitual, o Relatório fica arquivado nos documentos que fazem parte desta ata. -----

Intervieram Helena Silva (PSD) – *Anexo 18*; Alda Esteves (PS) – *Anexo 19*; Elizabeth Fernandes (PSD) – *Anexo 20*; Rui Rocha (PS) – *Anexo 21*; António Faria (CDS) – *Anexo 22*; Emília Vasconcelos (CDU) – *Anexo 23*; José Pereira (PS) – *Anexo 24*, e Presidente da Câmara. -----

PONTO DOIS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARCOS DE VALDEVEZ: - o Senhor Presidente da Câmara referiu que este regulamento estabelece o quadro geral de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - órgão de natureza consultiva que tem por objectivo promover a articulação e cooperação entre as várias entidades da área da saúde, no planeamento e na definição de uma estratégia e de uma política de saúde a nível municipal. -----

Intervieram Dina Sousa (PS) – *Anexo 25*; Angélica Ferreira (PSD) – *Anexo 26*; Fernando Fonseca (CDS) – *Anexo 27* e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Saúde de Arcos de Valdevez**, em conformidade com o previsto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PONTO TRÊS – PROPOSTA DE DEBATE SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL: CONTRIBUTO POLÍTICO, APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS: - a Senhora Flávia Afonso apresentou algumas ideias e sugestões do Grupo Municipal do PS, com o intuito “... contribuir para melhorar o documento e, consequentemente, o nosso concelho e o nosso futuro.” – *Anexo 28*. -----

Intervieram Fernando Fonseca (CDS) – *Anexo 29* e Presidente da Câmara. -----

PONTO QUATRO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SÉNIOR EM ARCOS DE VALDEVEZ, APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS: - a Senhora Elsa Esteves apresentou a proposta do Grupo Municipal do PS, que visa permitir aos cidadãos com mais de sessenta anos o debate dos problemas e necessidades da população sénior do concelho, a apresentação de propostas e recomendações à Assembleia e à Câmara Municipal, e a promoção de iniciativas de cidadania ativa e de reforço da solidariedade entre gerações – *Anexo 30*. -----

Intervieram António Faria (CDS) – *Anexo 31*; Elizabeth Fernandes (PSD) e Presidente da Câmara. -----

- **A Assembleia deliberou por maioria, com dez votos a favor** – Alfredo Fernandes, Alda Esteves, Dina Sousa, Elsa Esteves, Flávia Afonso, Raquel Antunes, José Pereira, Rui Rocha, Vítor Sousa e António Maria Sousa – **rejeitar a proposta de criação da Assembleia Municipal Sénior de Arcos de Valdevez, apresentada pelo Grupo Municipal do PS**. -----

- **Deliberou também, por unanimidade, aprovar a recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do CDS, relativa à subsidiação da Universidade Sénior pela Câmara Municipal** (*Anexo 31*). -----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - o Senhor Presidente da Assembleia leu a minuta da ata desta sessão, colocando-a à apreciação do Plenário. Não havendo inscrições para a sua discussão, passou-se de imediato à votação, vindo o documento a ser **aprovado por unanimidade**, em conformidade com o disposto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Beatriz Ramalho – referiu que tinha assistido à sessão e teceu algumas considerações sobre o andamento dos trabalhos, tendo sido interpelada pelo Senhor Presidente da Assembleia que informou que as intervenções do público se deviam cingir à apresentação de assuntos de interesse para o concelho, ou mesmo de interesse pessoal, e não a juízos de valor sobre a sessão ou sobre os membros desta Assembleia. -----

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos, encerrou os trabalhos desta sessão, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, há-de ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e por mim, Isabel Gonçalves, que a lavrei. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANEXOS

1 a 32

26/09/2025

Voto de Pesar

Delfim Amorim



É com profundo pesar que assinalamos o falecimento do Senhor Delfim Pereiras Amorim, aos 85 anos de idade.

O Senhor Delfim foi um respeitado e admirado tocador de concertina, instrumento que dominava com mestria e que marcou gerações através da música tradicional. Ao longo da sua vida, destacou-se como um verdadeiro defensor da cultura popular, participando em festas e eventos comunitários, levando alegria e preservando as suas raízes musicais.

A sua dedicação à música e à cultura regional tornou-o numa figura querida e reconhecida por todos quantos tiveram o privilégio de o conhecer e de ouvir o seu talento. O seu legado permanecerá vivo na memória da comunidade e na música que eternizou com a sua concertina.

Que o exemplo de simplicidade, talento e amor à cultura deixado pelo Senhor Delfim sirva de inspiração para as gerações futuras.

Não havendo palavras que expressem o devido reconhecimento pela sua nobre dedicação e grandeza de espírito, subsiste a certeza de que permanecerá na memória de todos os que com ele privaram.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propomos que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar pelo seu falecimento, guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifestando à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhes o teor deste Voto.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 26 de setembro de 2025

Voto de Pesar pelo Falecimento de Delfim Pereira

A bancada do Partido Socialista vem apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Delfim Pereiras Amorim, conhecido como "Delfim dos Arcos", ocorrido em setembro último, aos 85 anos de idade.

Natural de Jolda S. Paio, em Arcos de Valdevez, Delfim dos Arcos constituiu-se como uma das figuras mais emblemáticas e respeitadas da cultura tradicional do Alto Minho, tendo dedicado toda uma vida à preservação e divulgação das nossas mais autênticas tradições musicais.

Iniciou o seu percurso musical aos três anos de idade, revelando desde tenra idade um talento excecional para a concertina, instrumento que viria a dominar com mestria ímpar, tornando-se numa verdadeira estrela deste tradicional instrumento no Alto Minho.

Como cantador ao desafio, alcançou o reconhecimento máximo ao conquistar o 1º Prémio de Cantadores ao Desafio nas prestigiadas Feiras Novas de Ponte de Lima, em 1970, distinção que veio confirmar o seu extraordinário talento e a sua capacidade única de improvisação e criatividade poética.

A "Tasca do Delfim", estabelecimento que mantinha em Arcos de Valdevez, tornou-se ao longo dos anos num autêntico santuário da música tradicional, constituindo-se como um espaço de convívio e de preservação das nossas tradições mais genuínas.

O seu legado musical perpetua-se através das numerosas gravações realizadas, muitos dos quais em colaboração com os seus filhos Carminda e Delfim, assegurando assim a transmissão do seu valioso contributo às gerações vindouras.

Delfim dos Arcos deixa um legado cultural de valor inestimável e de difícil equiparação, tendo sido, ao longo de toda a sua vida, um guardião incansável das tradições musicais do Alto Minho, um embaixador da nossa identidade cultural e um mestre incontornável dos cantares ao desafio.

Neste momento de profunda tristeza, a Bancada do Partido Socialista apresenta as mais sentidas condolências à família enlutada, esposa, filhos, familiares, amigos e, associando-se à dor pela perda irreparável de uma figura incontornável da cultura tradicional portuguesa.

Que a sua memória e o seu legado cultural permaneçam para sempre como fonte de inspiração e orgulho para as presentes e futuras gerações.

Por tudo isto, pelo seu percurso de vida, pelo seu carácter e pela marca positiva e alegre que deixou na comunidade venho propor, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que esta Assembleia aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento do mesmo à família, e que, emanados num sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

Raquel Marise Cardoso Antunes



Voto de Pesar

Enfermeiro Júlio Alves



É com profundo pesar que assinalamos o falecimento do Enfermeiro Júlio Rodrigues Barros Alves, aos 92 anos de idade.

Profissional dedicado, o Enfermeiro Júlio exerceu, com excelência e humanidade, a nobre arte de cuidar, tendo dedicado décadas da sua vida à enfermagem, sempre com ética, sensibilidade e um firme compromisso com o bem-estar do próximo. A sua trajetória constitui uma inspiração para gerações de profissionais, sendo um exemplo de competência e amor à profissão.

Ao longo da sua carreira, prestou relevantes serviços à comunidade, contribuindo de forma significativa para a promoção da saúde e para o acolhimento digno de doentes e suas famílias.

Neste momento de dor, prestamos as nossas mais sinceras condolências aos seus familiares, amigos e colegas de profissão, manifestando, ao mesmo tempo, a nossa profunda gratidão por todo o legado que deixou.

Não havendo palavras que expressem adequadamente o reconhecimento pela sua nobre dedicação e grandeza de espírito, fica a certeza de que permanecerá na memória de todos quantos tiveram o privilégio de com ele conviver.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propomos que esta Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar pelo seu falecimento, guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifestando à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor deste Voto.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 26 de setembro de 2025

Voto de Pesar pelo Falecimento António Pacheco

O Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez, vem propor um voto de pesar, pelo falecimento de António Pacheco, figura incontornável da nossa comunidade e homem de excecional valor humano e cívico.

António Pacheco constituiu-se como uma verdadeira referência na formação desportiva da nossa região, tendo dedicado cerca de quinze anos da sua vida ao CRAV, onde demonstrou sempre uma extraordinária dedicação e competência, tornando-se uma figura querida e respeitada por todos quantos tiveram o privilégio de privar com a sua pessoa.

A sua bondade genuína e generosidade eram reconhecidas por toda a comunidade desportiva e pelos inúmeros jovens atletas que, ao longo dos anos, beneficiaram da sua orientação, apoio e carinho. António Pacheco não se limitava a formar desportistas; formou, acima de tudo, cidadãos, transmitindo valores de solidariedade, respeito e fair-play que marcaram indelevelmente todos aqueles que com ele conviveram.

Como funcionário da Câmara Municipal, distinguiu-se sempre pelo seu carácter afável e cordial, pela sua disponibilidade permanente para ajudar e pela forma exemplar como se relacionava com todos os munícipes. A sua postura profissional, pautada pela cortesia e eficiência, granjeou-lhe o respeito e a admiração de colegas e cidadãos, tornando-o numa referência de serviço público ao mais alto nível.

A sua partida deixa um vazio imenso na nossa comunidade, no clube que tanto amava e serviu, na instituição onde trabalhou com dedicação exemplar, e nos corações de todos aqueles que puderam beneficiar da sua bondade e sabedoria.

O seu legado perdurará através dos de jovens que orientou e inspirou, dos valores que transmitiu e do exemplo de integridade e humanidade que sempre constituiu.

A Bancada do Partido Socialista apresenta as mais sentidas condolências à sua esposa Rosa, Filho Luís, Filha Barbara, família, amigos e CRAV, associando-se à dor pela perda irreparável de um homem exemplar.

Por tudo isto, pelo seu percurso de vida, pelo seu caráter e pela sua afável marca de disponibilidade que deixou na comunidade venho propor, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, que esta Assembleia aprove o presente voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento do mesmo à família, e que, emanados num sentimento de profundo pesar, seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2026



Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2026

Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 23 de agosto, aos 65 anos de idade, o Sr. António José da Silva Pacheco.

O Sr. Pacheco, como era conhecido, ingressou no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal como fiscal municipal de 2ª classe, em regime de nomeação, em 1 de julho de 1987. Transitou na carreira até à categoria de Fiscal Especialista Principal, em 1 de julho de 2019, funções que exerceu até ao momento da sua partida.

Contava já 38 anos de serviço ao Município, tendo sido, ainda este ano, agraciado com a Medalha Municipal de Bons Serviços no Dia do Concelho.

Era um homem bom, extremamente íntegro, que sempre honrou as funções que desempenhava e, para além disso, era portador de uma enorme simpatia e bom trato, que deixa em todos uma enorme saudade.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente

António Maria Sousa

Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2026

Voto de pesar

Faleceu, no passado dia 14 de setembro, aos 64 anos de idade, o Sr. Joaquim Gomes Soares, pai de Ana Rodrigues Soares, de Manuela Rodrigues Soares e de Pedro Filipe Rodrigues Soares. Era casado com Maria de Fátima Sá Rodrigues. Tinha uma grande família, de vários irmãos, entre os quais o Dr. Faustino Gomes Soares, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal.

Iniciou funções na Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, em 2 de junho de 1997, como servente canalizador. Transitou para a categoria de jardineiro, em 5 de junho de 1998.

Em 2000 foi contratado como cantoneiro de higiene e limpeza e em 2004 como limpa-coletores. Em 12 de dezembro de 2008 passou a exercer as funções de cantoneiro de limpeza. Em 2010, ingressou no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, como assistente operacional (cantoneiro de limpeza), funções que exerceu até à data da sua partida.

O Sr. Joaquim era um bom homem, de bom trato e contava já 28 anos ao serviço do Município. Os jardins da vila estão sempre impecáveis, bem conservados e cuidados, algo que já tenho vindo a dizer, e isso deve-se a homens dedicados como o Sr. Joaquim, que nos deixou a sua marca e que agora nos deixa uma grande saudade.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente vem propor que seja aprovado este voto de pesar, que venha a ser dado conhecimento à família, endereçando-lhes as mais sentidas condolências e que seja cumprido um minuto de silêncio em sua memória.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e
S. Vicente

António Maria Sousa

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
EDUCAÇÃO



O Grupo Municipal do PSD assinala o início de mais um ano letivo com uma mensagem de reconhecimento à Câmara Municipal, ao Agrupamento de Escolas, à Epralima, ao CENFIM, ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) e a toda a rede de parceiros que, de forma articulada, empenhada e estratégica, contribuem para uma educação de qualidade, inclusiva e centrada no bem-estar de toda a comunidade educativa, do pré-escolar ao ensino superior.

Com um investimento anual de 1,7 milhões de euros na ação social escolar, o Município tem demonstrado um compromisso firme com a promoção da igualdade de oportunidades, assegurando que nenhuma criança ou jovem fica para trás por razões económicas ou sociais.

Entre as medidas de apoio implementadas, destacam-se: a oferta de livros de fichas; o transporte escolar gratuito; o apoio às refeições escolares, o investimento e apoio à modernização e ensino de novas tecnologias e o apoio ao prolongamento de horário, à criação de ATL's e ao desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).

Sublinhamos ainda a aposta numa resposta educativa diferenciada durante o verão, com especial atenção às famílias e alunos com necessidades educativas especiais. Esta iniciativa, desenvolvida no âmbito de um protocolo de cooperação entre o Município, o Agrupamento de Escolas, a Santa Casa da Misericórdia e a Associação Juventude de Vila Fonche, tem permitido a integração destes alunos em Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL).

Realçamos também o sucesso da mais recente edição do Programa de Ocupação de Tempos de Férias (OTF's), que envolveu 72 jovens arcuenses, promovendo a sua integração ativa na comunidade e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

Com especial entusiasmo, destacamos o início da construção da futura Escola de Ensino Artístico, que abrangerá as áreas da Música, Dança e Teatro. Trata-se de um projeto inovador, que reforçará significativamente a oferta formativa e cultural do concelho.

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
EDUCAÇÃO



A Escola Ciência Viva, a funcionar no Centro Ciência Viva / Oficinas de Criatividade Himalaya, continua a afirmar-se como uma referência nacional no ensino experimental da ciência, proporcionando experiências pedagógicas únicas aos alunos do 4.º ano de escolaridade.

No domínio do ensino profissional, Arcos de Valdevez conta atualmente com três Centros Tecnológicos Especializados (CTE), localizados no Agrupamento de Escolas de Valdevez e na EPRALIMA, nas áreas da Informática e das Energias Renováveis. Esta aposta contribui para o reforço da ligação entre a formação técnica e as necessidades reais do mercado de trabalho.

Felicitemos Marco Malheiro, formado pelo CENFIM de Arcos de Valdevez, pela distinção com a medalha de ouro no EuroSkills 2025, na profissão de Soldadura, onde se destacou entre 15 jovens europeus, demonstrando excelência, competência e elevando o nome do nosso concelho além-fronteiras.

No ensino superior, sublinhamos a atribuição de 50 bolsas de estudo por parte do Município no ano letivo transato; o reforço da parceria com o IPVC, que disponibiliza cursos de CTeSP, Licenciatura e Mestrado em Arcos de Valdevez; a aprovação de dois novos cursos para o presente ano letivo: Negócios Digitais e Gestão Industrial; e o início da execução da nova residência académica, que será instalada na antiga escola primária de Guilhadeses, reforçando o apoio aos estudantes deslocados.

O Grupo Municipal do PSD expressa o seu mais profundo reconhecimento a todos os profissionais da educação, aos pais, encarregados de educação, assistentes operacionais e, sobretudo, aos alunos, verdadeiros protagonistas deste percurso educativo.

Desejamos a todos um excelente ano letivo 2025/2026, pleno de aprendizagens, crescimento, conquistas e sucesso.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

Alfredo Luís



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez – 26 de setembro de 2025

PAOD - Programa Municipal “Renda Acessível em Valdevez – RAV | Programa de Habitação do Grupo Municipal do PS

A propósito da proposta de 2.ª alteração ao regulamento do Programa Municipal “Renda Acessível em Valdevez – RAV” questionamos o Sr. Presidente da Câmara, na última Assembleia Municipal (a 25 de junho de 2025), se nos poderia “facultar o número de munícipes que já tinham sido apoiados à data por este programa e qual o reflexo desta medida, no mercado imobiliário e na economia local?”.

Prontamente respondeu-nos e passo a citar: “Obviamente a informação está disponível (...) Temos 10 casas para arrendar, já arrendamos 5 e neste momento temos mais 5 para arrendar, aguardamos que alguém se candidate, neste momento não temos procura.” (Resposta do Presidente da Câmara - 03:55:09 - Transcrição).

Para além de nos ter sido dada uma resposta incompleta, centrada apenas numa das questões colocadas, constatamos também a apresentação de números que não correspondem, ao que tudo indica, à realidade. Na sequência do esclarecimento prestado em Assembleia Municipal e da subsequente disseminação desta informação junto da comunidade arcuense, alguns munícipes dirigiram-se aos serviços de Ação Social para obter esclarecimentos sobre as alegadas 5 casas excedentes e disponíveis, referidas pelo Sr. Presidente no âmbito do Programa Municipal “Renda Acessível em Valdevez – RAV”.

Os esclarecimentos entretanto prestados, quer por estes serviços, quer por Vereadores do seu executivo, confirmam que afinal estas 5 casas não existiam à data da última Assembleia, não se encontrando por conseguinte disponíveis para potenciais candidatos ao programa. Isto contraria, de forma evidente, a informação prontamente assumida por V. Exa..

Todavia, desde ontem, este cenário deixou de ser uma opção para o Governo, propondo o fim do conceito de renda acessível e substituindo-o pelo de renda moderada. Esta alteração traduz-se, na nossa opinião, numa visão irrealista e desajustada à realidade do mercado imobiliário português e à dificuldade em encontrar arrendamentos acessíveis. Parece-nos mesmo, que no limite privilegia os especuladores imobiliários e os setores da população com maiores rendimentos. Suspeitamos que o que se vai poupar para beneficiar os construtores e os senhorios, irá efetivamente provocar um choque, mas o mesmo será nas contas públicas!

Em suma, o Governo demitiu-se da sua responsabilidade de resolver o problema da habitação em Portugal, optando mais uma vez por medidas avulsas com impactos limitados e que estão longe de responder aos problemas de base desta temática.

Perante este cenário verdadeiramente preocupante, o Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez defende a criação de um Programa de Habitação sólido e ambicioso, que responda às necessidades reais deste concelho. Queremos fomentar um aumento significativo das competências municipais no domínio da habitação, aperfeiçoar as políticas de habitação e promover uma maior coesão territorial e social. Temos objetivos claros: mais habitação a custos controlados, mais oferta de arrendamento, mais apoio às famílias e jovens e um combate efetivo à especulação.





Queremos ainda assegurar que o património municipal com vocação habitacional cumpre a sua função social, contribuindo para responder às necessidades da nossa população.

Na prossecução deste objetivo, o Grupo Municipal do PS de Arcos de Valdevez propõe a atualização da Estratégia Local de Habitação, uma vez que este documento foi produzido em 2021, mas assente em dados, na sua larga maioria, anteriores ao ano 2020. Naturalmente, neste hiato de tempo, o contexto evoluiu de forma significativa e os problemas agravaram-se, o que acabou por tornar este instrumento desatualizado e, em parte, obsoleto.

Nos últimos anos, assistimos ao impacto de duas crises de grande relevância — a pandemia de COVID-19 e os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente — que provocaram um aumento generalizado dos custos na construção, pressão inflacionária e subida das taxas de juro. A esta crise social e económica somou-se a manutenção das pressões sobre o setor imobiliário, que resultaram no agravamento dos preços de venda e das rendas de habitação como constatamos diariamente em Arcos de Valdevez.

Após a atualização do diagnóstico global da situação habitacional e a redefinição da Estratégia Local de Habitação de Arcos de Valdevez, estaremos finalmente em condições de avançar com a elaboração de uma Carta Municipal da Habitação. Se a execução da Estratégia é essencial para a qualidade de vida de quem reside no nosso município, a Carta Municipal da Habitação permitirá territorializar essa Estratégia, relacionando-a de forma direta com a realidade local. Por conseguinte, defendemos a pertinência deste instrumento que funciona como uma charneira: liga o diagnóstico das carências habitacionais da Estratégia com o quadro de planeamento territorial. Este processo de planeamento integrado deverá ter como pano de fundo a revisão do PDM e as orientações de política pública nacional em matéria de habitação.

Queremos promover um sistema municipal de habitação sustentado no reforço da promoção pública e na proposta de criação de uma Empresa Municipal de Habitação para a construção e gestão de habitação acessível. Almejamos que o acesso a Habitação acessível e social seja, cada vez mais, um direito de todos e em especial dos que mais dela necessitam, nomeadamente das famílias com menores recursos e dos jovens que escolhem o nosso concelho para viver, trabalhar e estudar.

Esta Empresa terá como missão a construção, reabilitação e gestão de fogos para arrendamento a custos controlados, assegurando qualidade habitacional, valorização do edificado urbano e soluções adequadas às diferentes necessidades da nossa população, muitas vezes apoiadas por incentivos e apoios públicos.

Mais do que um instrumento de gestão, será um agente de transformação social, promovendo a humanização do acesso à habitação e respondendo de forma estruturada aos desafios do presente e do futuro no nosso concelho. Arcos de Valdevez,

26 de setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
GOVERNAÇÃO



O Grupo Municipal do PSD congratula o Município e todas as entidades envolvidas no processo de melhoria contínua da governação local. Reconhecemos o empenho coletivo em promover o desenvolvimento do concelho, em várias frentes estratégicas.

Na proximidade com a comunidade emigrante, destacamos com satisfação a realização de mais uma edição do “Encontro com as Associações da Diáspora”, que teve lugar no mês de agosto. O evento contou com a presença de 19 associações, representando a comunidade emigrante de oito países diferentes, sendo um claro sinal da vitalidade e do compromisso da nossa diáspora com as suas origens.

Realçamos, ainda, a participação ativa da comunidade emigrante nas Festas Concelhias, contribuindo para o seu sucesso e dinamismo.

Assinalamos também a presença da Câmara Municipal na cerimónia de atribuição da Medalha de Mérito à Casa do Concelho de Arcos de Valdevez, em Lisboa, uma distinção que reconhece o trabalho notável desta instituição na promoção do concelho e no fortalecimento dos laços entre os arcuenses emigrados e a sua terra natal.

Congratulamo-nos com a recente distinção de Céline Esteves Rodrigues, jovem natural de Arcos de Valdevez, oficialmente designada Miss Cosmo Portugal 2025. Céline representará o nosso país na final internacional do concurso Miss Cosmo, que se realizará no Vietname, em dezembro deste ano.

No desenvolvimento rural, sublinhamos o sucesso da recente edição da Feira Tradicional de Sistelo e da Feira de Merufe, iniciativa que reforça a promoção das potencialidades dos territórios, bem como a valorização das tradições e dos produtos locais.

Ainda neste âmbito, é de salientar a assinatura de protocolos de apoio às atividades do mundo rural, num total de 100 mil euros, destinados ao fomento da produção pecuária; à valorização dos produtos locais, com a introdução de carne cachena e outros produtos endógenos nas ementas escolares; e à comparticipação de 50% das despesas com a sanidade animal, beneficiando centenas de produtores de gado.

A autarquia irá também avançar com o projeto do Centro de Inovação Rural em Monte Redondo, uma estrutura estratégica ligada à Quinta Ciência Viva, com forte impacto no setor agroalimentar e na educação ambiental.

Ag-2

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
GOVERNAÇÃO



Endereçamos os nossos parabéns à nova direção da Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez, liderada por Adelino Esteves, pela recente eleição.

Felicitemos igualmente Matilde Ribeiro, representante da União de Freguesias de Arcos S. Paio e Giela, eleita Rainha das Vindimas 2025, e distinguida ainda com o título de “Simpatia” na eleição da Embaixadora dos Territórios Vinhateiros de Portugal.

Congratulamo-nos com a conquista do prémio “A Mais Popular Online”, no Festival Nacional da Canção Rural 2025, com a canção “Trigueirinha”, interpretada pelo grupo Diversidades, de Arcos de Valdevez. Estas distinções são motivo de orgulho para o concelho e representam o reconhecimento nacional da nossa identidade cultural.

No setor industrial, destacamos a aprovação de nove candidaturas ao programa InvestArcos 2025, que visa apoiar o investimento e a competitividade da indústria de pequena dimensão no concelho.

Assinalamos ainda a abertura do procedimento concursal para a construção do Centro para a Nova Indústria do Alto Minho, a localizar-se em Guilhadeses, junto ao InovArcos – Centro de Inovação e Conhecimento.

No setor do turismo, congratulamo-nos com a reinauguração do Hotel Silken Mezio National Park, localizado em Vilar de Suento, Soajo e reabilitação da Ecovia do Vez ao nível dos estragos causados pelas intempéries.

No domínio das infraestruturas básicas, sublinhamos a aprovação da candidatura para o reforço da rede de saneamento a sudoeste do concelho, num investimento de 5 milhões de euros, com financiamento comunitário de 3,1 milhões de euros.

Na área dos resíduos sólidos, assinalamos o reforço da frota municipal com a aquisição de uma nova viatura de recolha, e a intenção de adquirir futuramente uma viatura elétrica, apostando na sustentabilidade.

No que toca à eficiência energética, destacamos a transição para iluminação LED em todas as zonas desportivas do concelho, garantindo melhor qualidade e menor consumo energético, com destaque para a recente modernização do sistema de iluminação no Campo Municipal da Coutada.

Na mobilidade e urbanismo destacamos o reforço do investimento na Rede de Fibra Ótica para uma cobertura de cerca de 100% e continuidade para breve das obras de requalificação urbanística do Campo do Trasladário.

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
GOVERNAÇÃO



Assinalamos com entusiasmo a boa execução de um conjunto de projetos municipais de valorização do património cultural e natural e de promoção do turismo sustentável, com especial destaque para: o projeto “Território de Santa Cruz”, com intervenções desde a Cascata de Rio Cabrão até aos Fortins do Extremo; o projeto da Branda Científica de S. Bento do Cando, com enfoque na valorização ambiental, científica e cultural da serra; e o Plano de Valorização do Santuário da Peneda, um investimento estratégico na preservação e promoção de um dos mais emblemáticos espaços religiosos e turísticos do concelho.

De assinalar, ainda, que o Regimento de Cavalaria n.º 6, no âmbito da segunda edição da iniciativa “Dragões visitam o Minho”, condecorou três combatentes do Ultramar: José Manuel de Barros Fernandes (ex-soldado, em Angola), António Menezes da Cunha (ex-primeiro-cabo, em Angola) e Manuel João Araújo Vieira (ex-soldado, em Moçambique).

Destacamos, com agrado, que o serviço de atendimento ao público no Município passou a funcionar das 9h00 às 16h30, de forma contínua, incluindo durante o período de almoço, garantindo assim maior comodidade e flexibilidade no acesso aos serviços municipais.

Por fim, deixamos uma palavra de reconhecimento e agradecimento a todos os funcionários autárquicos da área da limpeza urbana e dos resíduos sólidos, pelo excelente trabalho realizado durante o período de verão.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

PAOD – Mandato autárquico 2021 - 2025

O Professor Cândido de Oliveira, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho e reputado autor do direito administrativo local, escreveu no Jornal Público em 6 de Outubro de 2022 o seguinte:

“os órgãos eleitos (presidente da câmara, câmara e assembleia municipais) são órgãos representativos dos municípios e como tal estão numa relação de responsabilidade perante estes, tendo um dever fundamental que importa ter sempre presente: o dever de prestar contas.”

E é essa prestação de contas que queremos aqui fazer. Estamos a terminar um mandato autárquico. Um mandato que nos foi conferido pelos arcuenses pelo voto. É tempo de, usando a palavra, o maior instrumento que um político pode ter, dizer o que fez, em representação dos seus eleitores. E estes são todos os arcuenses.

Não há os eleitores de um partido, ou de outro, para um eleito num órgão autárquico. Não pode haver. Existem os eleitores, os cidadãos que integram a comunidade, a autarquia e perante os quais respondemos. Não receamos esse escrutínio. Pelo contrário. Defendemo-lo intransigentemente. E defendemos que seja feito de forma continua, ao longo dos anos do mandato.

É, por isso, que muito lamentamos a revogação das transmissões *on line* e em directo das nossas sessões da Assembleia Municipal. Mais do que um exercício de transparência, de proximidade, de envolvimento da população no debate na vida do concelho, é um instrumento de fiscalização e acompanhamento do mandato para o qual fomos eleitos. E como gostaríamos que todos os arcuenses, residentes no concelho, no país ou na diáspora, pudessem ter tido a oportunidade de exercitar esse seu direito! Seria um momento de informação, de conhecimento, de empoderamento da sociedade civil e de exigência, para nós, eleitos.

Primeira nota da prestação de contas: não aceitámos esse modelo. Quisemos e queremos mais descentralização das nossas reuniões, com maior proximidade ao território e às várias comunidades que o mesmo alberga ao longo dos seus (quase) 450 Km², com tempo para as conhecermos melhor e para nos conhecerem também.

Quisemos e queremos intervenção dos municípios no início dos trabalhos, para que participem e não tenham de aguardar horas e horas por um espaço curto de intervenção. A democracia deve ser de todos e não dos mais resistentes. E nós eleitos temos de estar atentos aos nossos eleitores, ouvindo-os e reflectindo nos nossos trabalhos as suas pretensões, perspectivas e críticas. Tudo o que não acontece com a prática instituída e que rejeitamos de os municípios intervirem no final.

Quisemos e queremos transmissão *on line* das nossas reuniões. Discordamos completamente do entendimento absolutamente restritivo da CNPD mas mesmo aceitando-o, sob protesto, apresentámos regulamento que efectivasse a proteção dos direitos de imagem que dizem estar em causa.

Porém, nada avançou sem ficar claro se foi inércia da CNPD ou da Mesa da Assembleia. E com isso perderam os arcuenses e perdemos nós, porque os cidadãos com mais informação têm mais poder e tornam-se nos principais aliados de uma gestão que quer ser rigorosa, atenta e, acima de tudo, transparente.





Tantas discussões que aqui trouxemos a propósito de rubricas orçamentais onde não se descortinavam os projectos e as afectações; tantos debates em torno das verbas adjudicadas às freguesias e uniões de freguesias sem critérios de rigor, fundamento, eficiência e eficácia. A coberto de uma demagogia frágil que apregoava um ataque à equidade das freguesias e à fiscalização dos investimentos, perdeu-se uma oportunidade de avançar num regulamento municipal de atribuição de apoios às freguesias com regras claras de realização de interesse público, de valor, de qualidade, de ajustamento à realidade permitindo salvaguardar coesão e justiça territorial e inter-comunidades do concelho.

O nosso concelho não está fechado ao mundo, não está fechado ao resto do território, da região, do distrito. Somos também o reflexo de toda esta interacção – proactiva e recativa do que acontece à volta. E precisamos muito desta reflexão para vencer este isolamento que todos sabemos ser real. As acessibilidades, a mobilidade, os equipamentos, os recursos, as actividades económica e industrial, as florestas, a cultura, a protecção civil, entre outros, são elementos que estruturam o nosso concelho, a sua atratividade para fixar população. E, convenhamos, com muito realismo e sem qualquer demagogia, não tem corrido bem.

Continuamos a perder população, não aumentamos a fixação da indústria, não aumentamos a capacidade agro-pecuária. Crescemos no Turismo com os riscos que esta actividade comporta, quer de sazonalidade, quer de descaracterização de um tecido social e natural como o nosso.; somos um concelho que gastou muito em infra-estruturas de água, com um custo ainda hoje inexplicável, mas que apenas tem cobertura do saneamento em menos de 50 % do território.

O PS constantemente quis debater estes temas de uma forma ampla, participada, enriquecedora. Aceitando que a nossa perspectiva pode não estar completa, até porque não possuímos os elementos todos. Reconhecendo que temos metodologias de trabalho diferentes: nós queremos a presença de todos, alargar intervenientes, aumentar a participação, colher saberes.

A maioria nesta assembleia por regra, recusou. Com um voto tantas vezes sectário e cego porque a origem da proposta, do debate provinha da nossa bancada.

Um exemplo, entre tantos que poderíamos aqui enunciar, é o Conselho Municipal de Saúde que hoje vem a votação, por decorrência legal do DI 23/2019.

Em 2019, há seis anos atrás, nesta assembleia, a Câmara Municipal de então, propôs que o Município não aceitasse competências na área da saúde. Alegava que o Município não tinha recursos financeiros para aceitar estas incumbências.

O PS concordou que não havia condições para aceitar. Não tanto pela vertente financeira que, necessariamente pesou, mas mais pela complexidade do sector, pela delicadeza da matéria, pela envergadura do investimento. Era prematuro. Mas, queríamos aceitar o desafio de pensar, estudar, preparar e capacitar o município e a comunidade para esse próximo futuro.

Propusemos a criação do Observatório Municipal de saúde, figura próxima deste conselho municipal que hoje será votado.





Propusemo-lo considerando, então, *"pertinente aproximar o trabalho autárquico desta realidade e avançar, no imediato, com a criação de um Observatório Municipal de Saúde, um órgão ad hoc, com carácter consultivo para promoção, articulação, cooperação, e troca de informação com todas as entidades que no Município têm intervenção na área da saúde: Centro de Saúde, Santa Casa da Misericórdia, Cruz Vermelha, Clínicas de Saúde, Médicos e Enfermeiros em representação das respectivas Delegações Regional das suas Ordens, representante da Corporação de Bombeiros, Segurança Social, Autarcas do Município e das Freguesias, todos trarão, por certo um conhecimento mais rico e diversificado da saúde do Concelho, contribuirão para a definição de uma estratégia mais adequada e assertiva para este sector. Reflectindo, agindo, intervindo em cooperação e concertação ganham os arcuenses com políticas locais com maior qualidade e, inquestionavelmente com maior eficácia."*, intervenção tida no dia 22 de fevereiro de 2019, nesta assembleia.

Seis anos depois, seis anos (!), o Conselho Municipal de Saúde avança. O tempo que perdemos, o saber que desperdiçámos. Tal qual aconteceu com o Estatuto Social do Bombeiro, proposto em 2017 pelo CDS, chumbado pelo PSD e retomado em 2024 pelo mesmo PSD.

Um outro exemplo flagrante que nenhum de nós esquecerá: as propostas do PS quanto ao modelo de Festas da Senhora de Lapa, da sua gestão e organização e as intervenções e votações que mereceram nesta assembleia.

Não criticámos ninguém, nem nenhuma entidade, fosse a Câmara ou uma Associação. Porém, a perturbação, o medo da mudança foi evidente e notório.

Ainda bem que o fizemos! Temos muito orgulho nesse debate. Agora já há candidatos do PSD a criticarem as Festas de São João da Valeta e a querem assumir a gestão das mesmas. Um passo em frente na reflexão que leva à mudança, quando necessária, ou à optimização daquilo que existe.

Segunda nota da prestação de contas: não somos donos de toda a verdade, mas somos titulares de algum saber, de muita vontade de agir em prol do nosso concelho e dos nossos concidadãos.

Por isso também trazemos hoje a debate um dos temas que reputamos da maior relevância deste mandato: a revisão do PDM. Que concelho queremos? Que concelho vamos ter?

Sabem os arcuenses tão pouco sobre este instrumento estruturante para o nosso presente e futuro. Mas o PS quer debatê-lo e dar o seu contributo, a sua visão, necessariamente parcelar e incompleta, não por perspectiva partidária porque humildemente reconhecemos não ter os elementos todos, mas também pela responsabilidade inter-geracional que acreditamos estar-nos acoetida.

A gestão das florestas, o emparcelamento, a indústria limpa, a habitação, as vias de ligação, os equipamentos que promovam a qualidade do envelhecimento e o desenvolvimento das famílias e o decisivo incremento demográfico são os eixos de atuação e pensamento que queremos construir, que devíamos ter construído neste mandato.

Terceira nota da prestação de contas: queremos uma democracia ímpolita, transparente, criteriosa. Os cargos políticos autárquicos podem ser ocupados por quem é, simultaneamente, responsável em instituições privadas, as quais beneficiam de subsídios financeiros atribuídos pelos primeiros.





Não pode é o Presidente ou os Vereadores proporem e aprovarem a atribuição de subsídios a entidades privadas de cujos órgãos sociais eles próprios fazem parte. Isso é decidir em causa própria, pondo em causa a isenção e imparcialidade que os poderes públicos têm de ter.

Nós, bancada do PS, temos a visão de que a Assembleia Municipal é o espaço plural de debate, reflexão e de concepção final da proposta política. Recusamos, como ficou claro, aceitar a ideia que a assembleia municipal é câmara de ressonância do executivo.

Percebemos, no silêncio de muitos de vós, que é esse o vosso entendimento e permitam-nos, respeitosamente, discordar.

Temos para nós que o executivo municipal é responsável perante a assembleia, cabendo a esta a fiscalização daquele e foi isso que procuramos fazer. Com maior ou menor reserva por parte da Mesa, com maior ou menor condescendência na gestão dos tempos das intervenções, com interpretações rígidas do uso da palavra nas declarações de voto, cumprimos o nosso mandato e a Mesa, devemos reconhecê-lo, procurou ser recta e vertical no desempenho público do cargo.

Última nota de saudação a todos os eleitos, a todos por terem contribuído para que o nosso mandato fosse um tempo de crescimento, aprendizagem debate e atuação convicta pelos Arcos e pelos Arcuense. Em especial saudar os que terminam ciclos autárquicos e que não se recandidatam. E aqui é de toda a justiça destacar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Francisco Araújo.

É um autarca com décadas de trabalho ao serviço do concelho. Tomou decisões certas e outras de que discordámos, incluindo nesta Assembleia. Adotou metodologias de trabalho que não seriam as nossas. Tem uma ideologia política de que não comungamos, apesar de nos situarmos num espectro de social democracia onde, com rigor e distanciamento, vários entendimentos nos aproximam.

Ao Sr. Dr. Francisco Araújo reconhecemos-lhe visão, concelhia e regional, estratégia, capacidade de congregar e de executar. O concelho também é hoje o que é por força do seu trabalho autárquico e das decisões que tomou com os elementos de que dispunha. Porventura, como todos nós, olhando com distância temporal, teria feito diferente, mas seguramente com o mesmo carinho pela terra e preocupação pelos projectos que desenvolveu e desenvolve.

Hoje não lhe dizemos adeus, mas um até mais tarde porque sabemos bem que o iremos encontrar e debater, neste acto magnifico e único que a democracia nos proporciona: o respeito pelas qualidades dos adversários que nos desafiam a sermos melhores para fazermos melhor pela nossa terra, pelas nossas gentes por este partido comum que temos e que se chama Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez, 25 de setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 26
SETEMBRO 2025**

PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

Sendo esta a última assembleia que termina com o último mandato de quatro anos deste órgão, impõe-se fazer um resumo do que foi a nossa ação ao longo dos vários mandatos com a presença do CDS/PP.

Trouxemos a esta assembleia propostas e moções que motivaram o debate e nas decisões tomadas, se em alguns casos até conseguimos a aprovação, contudo muitos foram chumbados pela decisão da maioria.

Na parte financeira sempre lutamos com propostas para o abaixamento do IMI e da taxa variável de IRS para os valores mínimos de 0,3 % no IMI e 0% no IRS. Estamos num território do interior, de baixa densidade, com rendimentos per capita que são 60% da média nacional. Nenhum partido sugeriu ou propôs tais medidas. Mesmo assim no IMI conseguimos que o executivo fixasse em 0,34 %, isto é, baixasse em 75% do valor máximo do IMI. Conseguimos também que o município aplicasse a taxa variável de IRS de 3%, tendo baixado em 40% do valor máximo (5%).

Sugerimos que fosse interditado o estacionamento de caravanas no parque do RIVA. A insistência valeu a pena e a câmara proibiu. Esperemos a construção de um parque para caravanas com acessos e balneários a condizer.

Repetidamente pedimos a reparação da EN 101 entre o cruzamento da zona industrial de Paçô e a rotunda do Intermarché. Está feito.

Temos insistido para que a ETAR que se encontra à entrada do concelho a sul e no fim do período de vida útil, fosse mudada para um local mais geocêntrico e que englobasse os concelhos de Ponte da Barca e Ponte de Lima. A continuar assim, num concelho que tem o ambiente como bandeira, para além da má impressão para quem nos visita é um atentado à saúde pública.

Está por concretizar a construção de um espaço museológico para a recolha do imenso e rico espólio ainda existente em Arcos de Valdevez e que permita albergar todo o património imaterial e material existente no concelho. Temos insistido, mas continua por cumprir este desiderato.

Temos insistido para a alteração do regimento do art. 61 do regimento e já trouxemos uma recomendação nesse sentido a esta assembleia para a revogação da referida alínea 3), e ficasse como se encontrava no anterior regimento de 2018. Os partidos mais pequenos são prejudicados, porque correm o risco de os elementos que estão na sucessão da lista presente ao ato eleitoral, ficarem impedidos de estar presentes o que é antidemocrático e contra o princípio da participação. Esperamos que no próximo mandato este assunto seja resolvido.

Lutamos numa fase inicial sozinhos ao lado da população de Sistelo contra a construção da mini-hídrica no rio Vez. O presidente da junta à época era um grande entusiasta da construção da mini-hídrica, com um lóbi liderado por um ilustre político que agora nos aparece a candidato a PR, e que se fartou de pagar jantares a figuras decisórias. A nossa luta bem estruturada e fundamentada, livrou Sistelo de um atentado ecológico.

Após o combate que iniciámos contra a linha de muito alta tensão, que já vem de 2014, sentimos que a voz das populações locais não tem valor sobre o que é decidido nos gabinetes dos governos de Lisboa. Cometeu-se um crime de lesa-pátria e é um prejuízo enorme que afeta de sobremaneira este território. A linha está concluída sem o parecer favorável da autarquia e sem enquadramento no PDM. Ainda iremos ver brevemente o valor da medalha de mérito concelhio atribuída recentemente ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente que é quem tutela a nível nacional esta área.

Temos outra luta já pela frente contra a instalação do Parque Eólico de Sistelo que viola as regras de proteção ambiental, como sejam a rede Natura, o Monumento Nacional da Paisagem Cultural de Sistelo, O Parque Nacional da Peneda-Gerês a Reserva Mundial da Biosfera, para além de mais uma linha de muito alta-tensão. Como diria Duarte Barros ainda como elemento do nosso grupo desta Assembleia, andam aí a oferecer contrapartidas às parcelas afetadas e alguns estão tentados a aceitar um benefício imediato e efémero em troca do bem-estar, do ambiente limpo, da sua fauna e flora milenar.

Sugerimos o aproveitamento desportivo e lúdico do embalse de Touvedo, que iria beneficiar o turismo local e concelhio ajudando a impulsionar outras atividades complementares. Nada foi feito.

Durante o debate da 2ª carta educativa que aprovámos e até elogiamos, abordamos a necessidade de elaborar um plano para aumento da população residente. Sugerimos a construção de habitação de cariz social ou de renda moderada a serem construídas nas várias freguesias a norte do concelho, acessíveis a todos, mesmo àqueles que se querem instalar em Arcos de Valdevez. Sugerimos igualmente a implementação de transportes públicos que sirvam a população residente.

Temos insistido para a infraestruturação do terreno que a Câmara comprou à Santa Casa da Misericórdia para que os arcuenses possam ter a possibilidade de compra de terrenos a preços controlados e assim construírem a sua habitação. Continua-se a aguardar este objetivo.

Outros casos foram trazidos a esta assembleia como seja a proposta apresentada pelo saudoso Dr. Álvaro Amorim, ~~rejeitada a época pela maioria dominante~~, maioria essa que não se coíbiu de oito anos depois (30/11/2017) trazer a este plenário, sem qualquer modificação onde se incluem pontos e vírgulas, como muito bem detetou o partido socialista, e aprovar com os votos daqueles que antes tinham rejeitado.

Estilista Jurel
do Bonté

Muito mais haveria que dizer, mas ficamos por aqui, e não podemos deixar de constatar a má qualidade jornalística que nunca deu destaque às atividades ou iniciativas da oposição.

Arcos de Valdevez 26 de setembro de 2025



O grupo municipal do CDS

A12-1

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
MOVIMENTO ASSOCIATIVO



O Grupo Municipal do PSD vem, pelo presente, enaltecer e felicitar o notável dinamismo do movimento associativo no nosso concelho, o qual continua a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento social, cultural e desportivo de Arcos de Valdevez.

Destacamos, em primeiro lugar, o contínuo apoio da Câmara Municipal à atividade associativa, através da celebração de protocolos de apoio financeiro, no valor de 380 mil euros, beneficiando um total de 67 associações, bem como o apoio à melhoria das suas instalações e à aquisição de viaturas de transporte.

Na modalidade de atletismo, felicitamos as atletas da Academia Desportiva de Arcos de Valdevez pelos seus notáveis desempenhos a nível nacional.

Parabéns à atleta Célia Dantas pela conquista do título nacional no lançamento do dardo, nos Campeonatos Nacionais de Sub-16, e, mais recentemente, pela obtenção do título de vice-campeã nacional no escalão de Sub-18, demonstrando uma evolução consistente e promissora.

Estendemos igualmente os nossos parabéns à atleta Celina Peneda, que alcançou o título de vice-campeã de Portugal em heptatlo, nos Campeonatos de Portugal de Atletismo, uma prova de enorme exigência e versatilidade.

Na modalidade de futebol, felicitamos calorosamente a equipa de juniores do Atlético dos Arcos pela brilhante conquista da Taça de Juniores da Associação de Futebol de Viana do Castelo, uma vitória que enche de orgulho o concelho e demonstra o talento e a dedicação destes jovens atletas.

Endereçamos, igualmente, os nossos parabéns à soajeira Bruna Ramos, atleta do Torreense, pela conquista da Supertaça Feminina de Futebol, alcançada com uma emocionante reviravolta frente ao Benfica, uma prova de garra e excelência no desporto.

A este nível apraz-nos ainda destacar a crescente procura das nossas instalações desportivas por equipas nacionais e estrangeiras de Futebol para realização de estágios e jogos, nomeadamente o Gil Vicente FC (1.ª Liga); o SC Braga B (Liga 3); o FC Porto Sub-19.

Destacamos também a entrega de câmaras VEO pela Associação de Futebol de Viana do Castelo às coletividades do concelho, para gravação e transmissão de jogos de futebol e futsal. Foi também celebrado um protocolo de cooperação com o Município, com vista à melhoria do acompanhamento da performance dos atletas e ao reforço da ligação entre desporto e cultura.

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
MOVIMENTO ASSOCIATIVO**



Aproveitamos para celebrar a carreira e desejar as maiores felicidades ao atleta arcuense Pedro Tiba, que terminou a sua carreira desportiva ao serviço do Grupo Desportivo de Chaves (II Liga).

Felicitamos a Associação Social e Desportiva de Portela, Álvora e Loureda pela excelente organização do Trail das Eólicas, um evento desportivo de grande qualidade que contou com a participação de cerca de 200 atletas. Uma iniciativa que promove o desporto, a natureza e o dinamismo das nossas freguesias, reforçando o espírito comunitário e o valor das atividades ao ar livre.

Nos desportos náuticos, congratulamo-nos com a convocatória de Gabriel Afonso, Luís Pedro Vilaverde e Gustavo Miguel Pacheco, atletas do Clube Náutico de Arcos de Valdevez, para o estágio da seleção sub-16 de Kayak-Polo, realizado em Coimbra.

Na modalidade de dança, destacamos o excelente desempenho da Associação Arte Dança de Arcos de Valdevez, que conquistou 16 prémios na prestigiada competição *AllDance Intercontinental & Europe*, realizada em Tarragona, Espanha, uma notável participação que enaltece o talento artístico local e o trabalho contínuo de formação e excelência desenvolvido pela associação.

Saudamos o Centro Escutista de Arcos de Valdevez pelo seu 10.º aniversário. Desde 2015, este centro acolheu cerca de 10 mil participantes, em grande parte jovens, desempenhando um papel relevante na formação cívica e pessoal.

Reconhecemos ainda o esforço do arcuense José Maria Canossa, emigrante em França, pela caminhada de fé e coragem desde Paris até ao Santuário de Fátima e, posteriormente, até Arcos de Valdevez.

O Grupo Municipal do PSD manifesta o seu profundo orgulho e sincera gratidão a todos aqueles que, com o seu empenho, esforço e dedicação, continuam a enriquecer a vida cultural, social e desportiva do nosso concelho. É com este espírito de envolvimento e participação ativa que Arcos de Valdevez continuará a crescer e a afirmar-se como um concelho de excelência.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025



Assembleia Municipal Arcos de Valdevez

Sessão ordinária de 26 de Setembro de 2025

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restante mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal e respectiva Vereação,

Srs. Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia,

Minhas Senhoras e meus Senhores, comunicação social presente.

A CDU manifesta a sua profunda preocupação com a falta de ação da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez no que diz respeito à prevenção dos incêndios florestais, à gestão sustentável da floresta e ao cumprimento da legislação em vigor. A situação que o concelho enfrenta não é nova, mas agrava-se ano após ano devido à ausência de uma política florestal consequente e à falta de investimento por parte do executivo municipal.

Só em 2025, já foram registadas mais de 200 intervenções por incêndios florestais no concelho. Estes números não resultam do acaso, nem são fruto de fenómenos naturais incontrolláveis. São, antes de mais, consequência direta do abandono da floresta, da ausência de medidas de prevenção eficazes e da falta de cumprimento das obrigações legais por parte da Câmara. A floresta está ao abandono, os planos existem apenas no papel e os meios no terreno continuam manifestamente insuficientes. A Câmara conhece esta realidade, mas não age.

É importante sublinhar que a legislação é clara. O Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, atribui responsabilidades concretas às autarquias, como a elaboração e execução do Plano Municipal de Ação para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, a fiscalização das redes de gestão de combustível, a intervenção em substituição dos proprietários incumpridores e a promoção de ações de sensibilização e prevenção. No entanto, em Arcos de Valdevez, esta lei tem sido sistematicamente ignorada quando toca às obrigações da própria autarquia.

Pior ainda, a aplicação da lei tem sido feita de forma seletiva e desigual. Aplica-se com mão pesada aos pequenos proprietários, com multas e ameaças, ou serve de justificação para travar pequenas obras e projetos urbanísticos em zonas rurais, invocando restrições legais. Mas quando é a Câmara que falha na limpeza de terrenos públicos, na fiscalização das zonas de risco ou na coordenação das equipas de prevenção, nada acontece. A lei não pode servir apenas como instrumento para penalizar os mais fracos, enquanto o poder político local se desresponsabiliza.

Acresce a esta situação o crescimento descontrolado das espécies invasoras, como as acácias e outras, que estão a ocupar vastas áreas do concelho. Estas espécies aumentam o risco de incêndio, empobrecem os solos e bloqueiam a regeneração das espécies autóctones. Apesar deste problema ser bem conhecido, não existe qualquer plano municipal de erradicação, não há verba atribuída para o combate às invasoras, nem

ações estruturadas no terreno. É mais um sinal claro do abandono da floresta por parte deste executivo.

Perante este cenário, a CDU considera que é urgente uma mudança de rumo na política florestal municipal. Defendemos a aplicação integral e efetiva da legislação existente, com dotação de meios humanos e técnicos adequados. Propomos a criação de uma brigada municipal permanente de prevenção e intervenção rápida, com presença regular nas freguesias. Defendemos ainda a implementação de um plano municipal de combate às espécies invasoras, com objetivos e calendários definidos, bem como o reforço do apoio técnico e formativo aos pequenos proprietários florestais, promovendo a organização coletiva e o ordenamento do território.

A floresta não arde sozinha — arde por negligência, abandono e falta de responsabilidade política. E os mais de 200 incêndios registados só este ano provam que o modelo seguido por este executivo está esgotado. Não há prevenção, não há investimento, e a floresta continua a ser tratada como um problema, em vez de ser reconhecida como um ativo estratégico do concelho.

A CDU continuará a lutar por uma política florestal pública, sustentável e justa — ao serviço das populações, da preservação do território e do desenvolvimento económico local. Porque proteger a floresta é proteger o futuro de Arcos de Valdevez.

O Eleito da CDU

Emília Vasconcelos



Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Caros colegas Presidentes de Junta,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Hoje encerro um ciclo muito importante da minha vida. Ao longo destes 26 anos tive a honra de servir como Presidente de Junta, primeiro em São Cosme e São Damião e, a partir de 2013, na União das Freguesias de Vilela, São Cosme e São Damião e Sá. Foi um caminho longo, exigente, mas profundamente gratificante.

Durante este tempo, vi o nosso concelho transformar-se. São realidades muito diferentes as de 1997 e as de hoje. Houve progresso, crescimento e mudança. E sinto orgulho por, em conjunto com tantos autarcas, ter contribuído para que esta evolução fosse uma realidade sentida nas freguesias e no dia a dia das pessoas.

Recordo com respeito e reconhecimento os primeiros anos, em que tive a oportunidade de trabalhar lado a lado com o Dr. Francisco Araújo, então Presidente da Câmara Municipal. Mais tarde, nos últimos três mandatos, a colaboração próxima com o Dr. João Manuel e Olegário Gonçalves permitiu dar continuidade ao esforço conjunto de fazer mais e melhor pelas nossas populações. A todos os que, em diferentes momentos, caminharam ao meu lado, deixo uma palavra de gratidão.

Quero também deixar um agradecimento muito sentido aos meus colegas Presidentes de Junta. Desde 2013 tive a responsabilidade acrescida de os representar neste órgão. A confiança que em mim depositaram foi uma honra imensa e sempre procurei ser uma voz fiel às suas preocupações e às necessidades das freguesias.

Nestes anos, aprendi que ser autarca é muito mais do que exercer um cargo: é estar próximo das pessoas, ouvir os seus problemas, partilhar alegrias e dificuldades, procurar soluções, mesmo quando os meios são limitados. Foi este espírito de proximidade e serviço que sempre me guiou.

Ao terminar este percurso, levo comigo a serenidade de quem deu o melhor de si e a alegria de ter feito parte de um concelho que está hoje mais desenvolvido, mais dinâmico e mais preparado para o futuro.

Resta-me agradecer às populações que me confiaram sete mandatos consecutivos e a todos os que, de diferentes formas, ajudaram a cumprir esta missão.

Saio com a serenidade de quem procurou servir com honestidade, dedicação e espírito de entrega. E levo comigo a convicção de que o poder local continuará a ser a primeira linha da democracia, onde as pessoas estão em primeiro lugar.

Desejo os maiores sucessos a quem continuará este trabalho e reafirmo a minha disponibilidade para, em qualquer circunstância, continuar a contribuir para o bem da nossa comunidade.

Muito obrigado.

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, overlapping strokes that form a stylized, somewhat abstract representation of a name.

Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2025

Voto de louvor

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente vem propor um voto de louvor a Carlos Alberto Rocha Gomes Pereira Machado, arquiteto ao serviço do Município.

Iniciou funções na Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, como arquiteto coordenador, em 26 de abril de 1999, funções que exerceu até março de 2002. Foi contratado em 1 de abril de 2002, como técnico superior arquiteto (estagiário), em regime de contrato administrativo de provimento. Em 2002, ingressou no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal como técnico superior arquiteto de 2ª classe, em regime de nomeação.

Desde 1 de abril de 2025 encontra-se nomeado em regime de substituição no cargo de chefe de divisão da Divisão de Desenvolvimento Económico e Urbanismo da Câmara Municipal. Dos seus projetos posso destacar, por exemplo o parque de estacionamento da Misericórdia. Como sabem, tenho a oportunidade de ver o seu funcionamento todos os dias e a utilidade que veio trazer aos munícipes, entre outras obras de elevada importância.

O Sr. Arquiteto conta já 26 anos ao serviço do Município, sempre pautado por uma enorme competência e bom trato e dando sempre muita atenção às Juntas de Freguesia e aos munícipes. Esta postura é de louvar, porque são funcionários como o Sr. Arquiteto que permitem uma maior proximidade dos serviços camarários aos munícipes e um trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia, que é o único caminho para o desenvolvimento do concelho.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente propõe a esta Assembleia que aprove este voto de louvor e que seja dado conhecimento ao Sr. Arquiteto Carlos Machado e à Câmara Municipal.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente

António Maria Sousa





432

**Grupo Municipal do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez
2021 - 2025**

Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

PAOD – Voto de Louvor ao Sr. Carlos Machado

Declaração de voto

A bancada do Partido Socialista absteve-se na votação do voto de louvor, apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Távora Santa Maria e São Vicente, ao Técnico Superior, licenciado em Arquitetura, Carlos Alberto da Rocha Pereira Machado, não por qualquer reserva em relação ao mérito, empenho ou profissionalismo do funcionário em questão, que reconhecemos como exemplar e digno de apreço, mas sim por uma questão de princípio.

O PS entende que os resultados alcançados numa autarquia são sempre fruto de um esforço coletivo e do trabalho em equipa. Valorizamos profundamente o contributo de todos os funcionários da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, sendo nossa convicção que o reconhecimento deve, preferencialmente, ser dirigido ao conjunto dos serviços e equipas que, diariamente, asseguram o bom funcionamento da autarquia.

A nossa abstenção, portanto, não desmerece, em momento algum, o trabalho do colaborador em causa, que aqui reiteramos ser de elevada qualidade, mas expressa apenas a nossa coerência com este princípio de valorização do coletivo, estando alinhada com posicionamentos já expressados em anteriores votos de louvor desta natureza, pela da bancada do Partido Socialista

Arcos de Valdevez, 02 de outubro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2025

Voto de louvor

O Presidente da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S. Vicente vem propor um voto de louvor ao Comendador Francisco Rodrigues de Araújo, Presidente desta Assembleia. O Sr. Comendador iniciou funções no Município de Arcos de Valdevez, como Adjunto do Presidente da Câmara Municipal, em abril de 1989, cargo que desempenhou até ao final do ano de 1993. Ainda nesse ano foi eleito Vereador e designado Vice-Presidente da Câmara Municipal para o mandato de 1994/1997.

Foi eleito Presidente da Câmara Municipal nos mandatos de 1994 a 2013. Neste percurso enquanto Presidente da Câmara deixou muita obra feita. Durante os seus mandatos foram, por exemplo, construídas as zonas industriais do concelho, que em tanto contribuíram para a empregabilidade e consequente desenvolvimento da nossa terra.

Torna-se difícil enumerar todas as linhas do seu extenso currículo e do seu serviço à comunidade, pelo que destaco apenas algumas, como o seu cargo, no passado, de Presidente do Conselho Regional do Norte, da Valima - Associação de Municípios do Vale do Lima e o de Vice-Presidente da CIM Alto Minho. Em 1999, foi cabeça de lista e eleito deputado à Assembleia da República.

Foi vogal do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Comissão de Trabalho da Galiza e Norte de Portugal.

Foi presidente do GAT do Vale do Lima, da Agência Regional de Energia e Ambiente do Alto Minho e Administrador das Águas do Minho e Lima.

Foi Presidente da EPRALIMA, da ARDAL e da In.Cubo.

É, desde 2005, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, onde considero, e já tive oportunidade de o dizer antes, que está a fazer um trabalho excelente. Foi também Presidente do Secretariado Regional de Viana do Castelo da União das Misericórdias Portuguesas e Presidente do Conselho Nacional da mesma

organização. Exerce atualmente as funções de Coordenador Geral da In.Cubo e é, desde 16 de outubro de 2013, Presidente desta Assembleia Municipal, cargo que encara com um enorme sentido de responsabilidade e com uma excelente conduta. Foi sempre tolerante com todos os Partidos e não demonstrou parcialidade com o Executivo, honrando sempre as funções que lhe foram confiadas pelos arcuenses.

Foi agraciado com a Medalha de Honra do Concelho, em 11 de julho de 2014, pela sua cidadania e pelo seu papel na construção do progresso de Arcos de Valdevez e da Região. Foi ainda agraciado com o grau de comendador da Ordem do Mérito pelo Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, em 13 de fevereiro de 2015.

Este ano, no dia do Concelho, foi atribuído o seu nome ao arruamento junto ao Vila Gerações, com o topónimo "Rua Comendador Dr. Francisco Rodrigues de Araújo", o que considero ser um justo ato de reconhecimento.

Tive com ele muitas divergências políticas e pequenos atritos. Discordámos muitas vezes no passado e continuaremos a discordar. É assim democracia. Ao longo do seu percurso teve momentos em que, considero eu, poderá não ter estado tão bem, mas o que é certo é que um percurso como o do Sr. Comendador fala por si e a sua obra sobrepõe-se em larga escala a estes momentos. A marca de compromisso e dedicação que tem deixado na comunidade não poderá nunca ser esquecida e o seu nome ficará para sempre vinculado ao nosso concelho, na minha opinião, de forma muito positiva, pelo que acredito veemente que este legado dificilmente poderá vir a ter comparação.

Por tudo isto, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente propõe a esta Assembleia que aprove este voto de louvor.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de
2025

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Távora Sta Maria e S.Vicente

António Maria Sousa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL ARCOS DE VALDEVEZ**26/09/2025**

Exmº Srº Presidente da Assembleia Municipal
Restantes Elementos da Mesa da Assembleia Municipal
Exmº Srº Presidente da Camara Municipal Srº Olegário Gonçalves e Srs.
Vereadores
Dr. Faustino e Isabel Gonçalves
Srs. Deputados Municipais
Caros Colegas Presidentes da Junta
Comunicação Social
Público em Geral

Iniciei as funções nesta Assembleia Municipal em 1998 e hoje irei terminar, ao fim de mais de 150 presenças e outras tantas intervenções, irei deixar a partir do próximo ato eleitoral, as Autárquicas de 12/10/2025, as minhas funções de Presidente da Junta após 7 mandatos (28 anos) e por inerência as de Deputado desta Assembleia Municipal. Saio de cabeça erguida e com a consciência do dever cívico cumprido!

Criei amizades, fiz amigos, mas o que na realidade me entristece é de deixar este órgão sem ter havido uma decisão judicial pelo modo como eu e a minha família fomos aqui tratados, acusados, enxovalhados e até humilhados desde 2022.

Este último mandato foi o pior que tive na Assembleia Municipal, apesar do respeito que tenho pelos restantes membros, mas pela maneira baixa e antidemocrática como aqui, neste importante órgão Municipal, fui rebaixado pelo dito Senhor, que todos sabem quem é, mesmo sem o nome prenuciar. Eu quero continuar a acreditar na Justiça e em devido tempo irei voltar, para repor a verdade e dar-vos conta que se fez justiça, assim o espero.

Estivemos presentes em todos os atos para os quais fomos convidados em representação da Junta de Freguesia e não faltamos a nenhuma Assembleia de Municipal, demonstrando respeito e uma grande responsabilidade no cargo para o qual fomos eleitos, com imparcialidade e justiça, com transparência e humildade.

A minha honestidade não tem preço, outros prometem-na! Mantivemos sempre um espírito aberto e interventivo, com educação, altivação e bom senso, se porventura assim não foi interpretado, penetencio-me, mas não foi essa a minha intenção.

Desde as intervenções, as propostas de votos de louvor e de pesar e ainda nas discussões das propostas apresentadas, com os votos a favor, contra ou abstenções, sempre fui um membro atento dignificando a inerência de funções que me atribui-o o lugar de Deputado Municipal.

O tempo dar-me-á razão, como soube lidar em muitas intervenções, sempre achei que o confronto não seria a melhor decisão, apesar de sempre ter defendido as minhas opiniões e ter votado de consciência pelas melhores soluções para o Concelho e muito em particular para a minha União de Freguesias.

Talvez não tenha sido o político que esperavam, nunca lidei muito bem com o “confronto político”, sempre fui um cidadão com vontade própria de fazer, com atitude de resolver as necessidades e criar condições, eliminar obstáculos e ultrapassar problemas. A meu ver a política autárquica não passa por confrontos, mas por diálogo de proximidade, mas também não lido bem com acusações infundadas, ameaças ou faltas de educação e muito menos com o abuso de poder.

A liberdade de cada um termina onde começa a do outro.

Para os que vão continuar as maiores felicidades, para os que vão deixar um até sempre. Eu, vou estar por aí!

Arcos de Valdevez, 26 de Setembro de 2025

O PRESIDENTE DA JUNTA



Rui Fernando Gonçalves Aguiam

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO CULTURAL



A18-1

O Grupo Municipal do PSD congratula o Município, os vários parceiros e todos os arcuenses pelo crescente envolvimento, promoção e participação em projetos e atividades no âmbito cultural.

Destacamos a aprovação da candidatura para o projeto do Cineteatro e Galeria Cultural Alameda, um investimento estruturante que reforçará a oferta cultural e artística do concelho.

Registamos, com satisfação, o sucesso de mais uma edição da Recriação do Recontro de Valdevez, que mobilizou centenas de pessoas e contou com o forte envolvimento do movimento associativo local, sendo um momento de afirmação da identidade e da história arcuense.

Congratulamos também o trabalho e o talento dos artistas envolvidos no terceiro Festival de Arte Urbana MurArcos, um projeto que trouxe cor, criatividade e atratividade ao espaço público urbano, valorizando o nosso património natural e cultural.

De assinalar, igualmente, o êxito da iniciativa “Arcos Fado Fest”, que contou com a participação do reconhecido fadista arcuense Marco Rodrigues e trouxe a Arcos de Valdevez grandes nomes do Fado nacional, promovendo esta expressão musical Património da Humanidade.

A destacar também, a Feira de Artes e Ofícios Tradicionais de Soajo, que voltou a afirmar-se como um evento de celebração da cultura popular, das tradições ancestrais e do saber-fazer das gentes da região, aliando tradição e modernidade, promovendo o território e dinamizando a economia local.

Felicitemos também o dinamismo e o envolvimento dos jovens na mais recente edição do Festival Absurda Art Fest, promovido pela Associação Social e Recreativa Juventude de Vilafonche, que combinou arte, criatividade e espírito comunitário.

No âmbito das festas e romarias, felicitamos a Folia e todas as entidades envolvidas na organização das celebrações em honra de Nossa Senhora da Lapa, com destaque para a participação das 14 freguesias no Cortejo Etnográfico, marcado pela criatividade e representatividade cultural.

Estendemos as felicitações à Confraria de Nossa Senhora da Peneda, pelo notável envolvimento e dinamismo na organização da tradicional Romaria da Senhora da Peneda, bem como à Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, pelo trabalho desenvolvido na preservação das tradições e costumes associados à Romaria de Nossa Senhora da Porta.

A18-Z

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
DESEMPENHO CULTURAL**



No apoio à cultura literária, felicitamos a autora arcuense Ana Nobre, que lançou, o livro infantil *As Aventuras de Sara Pintinha*, um trabalho conjunto com o seu marido, Filipe Alves, que se destaca pela sua sensibilidade educativa e criativa.

Felicitamos ainda a soajeira Joaquina Pires e Aida Baptista pela autoria do livro *Mulheres Portuguesas no Quebeque*, um tributo inspirador a quarenta mulheres portuguesas, entre as quais três soajeiras e lusodescendentes, que celebram a coragem, a resiliência e o papel das mulheres na diáspora portuguesa.

Congratulamos os promotores da Feira do Livro Independente, realizada no Campo do Trasladário, pela promoção da leitura e do acesso à literatura alternativa e de autor.

Congratulamo-nos com a distinção do documentário “Soajo, uma comunidade multicultural”, galardoadado com quatro prémios no ART&TUR – International Tourism Film Festival 2025, realizado este ano na cidade do Fundão. Esta conquista é motivo de grande orgulho e reconhecimento do valor cultural, social e turístico do Soajo, bem como do trabalho dedicado de todos os envolvidos na produção deste documentário que celebra a diversidade e o espírito comunitário desta freguesia única.

Relativamente à ocupação dos tempos livres, destacamos o sucesso da iniciativa “Férias com Cultura e Ciência”, pelo seu carácter lúdico-educacional e pela diversidade de atividades promovidas no Paço de Giela, no Centro Ciência Viva / Oficinas da Criatividade Himalaya, na Casa das Artes / Biblioteca Municipal e no Espaço Valdevez.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

Ponto 1 – relatório de atividade – Edifício Sede da Sociedade Musical Arcuense

A bancada do Partido Socialista quer manifestar o seu total apoio e reconhecimento pela aprovação, em reunião de Câmara de 3 de julho, da remodelação do edifício sede da Banda da Sociedade Musical Arcuense, no valor de 561.453,93€.

Este investimento representa muito mais do que uma simples obra de remodelação, é um investimento no coração cultural da nossa comunidade.

A Sociedade Musical Arcuense é uma entidade centenária que tem honrado o nome de Arcos de Valdevez por este país fora e mais além, levando a nossa música, a nossa cultura e a nossa identidade aos palcos mais prestigiados. Durante décadas, tem sido uma verdadeira escola de música, formando gerações de músicos e perpetuando uma tradição musical de excelência que nos enche de orgulho.

É fundamental reconhecer e valorizar o esforço que estas entidades fazem para se manterem ao mais alto nível, enfrentando desafios constantes de sustentabilidade financeira e renovação de equipamentos.

A Sociedade Musical Arcuense não é apenas um grupo musical. É uma instituição que educa, que forma carácter, que cria laços comunitários e que projeta Arcos de Valdevez como uma referência cultural. Quando os nossos músicos sobem ao palco, levam consigo não apenas as suas competências artísticas, mas também o nome e a reputação da nossa terra.

O Executivo tomou a decisão certa, a qual fazemos votos que sirva de exemplo para que outras entidades culturais do nosso concelho possam também beneficiar do apoio necessário para continuarem a elevar o nome de Arcos de Valdevez.

O investimento na cultura é sempre um investimento no futuro e no futuro de qualidade e conhecimento.

26 de Setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista

Alda Cecilia Pinto Esteve



A20

GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
APOIO SOCIAL E HABITAÇÃO



O Grupo Municipal do PSD enaltece o trabalho da Autarquia arcuense e reafirma o seu apoio a todas as medidas que promovam o bem-estar das famílias, a qualidade de vida, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável em Arcos de Valdevez.

Nos últimos nove meses, a Autarquia tem desenvolvido importantes ações no domínio da habitação, destacando-se:

- A atribuição de 25 apoios no âmbito do Programa de Recuperação Habitacional, num total de 114 mil euros, beneficiando famílias mais vulneráveis;
- A atribuição de 94 subsídios ao arrendamento, num investimento de 50 mil euros;
- Estão em execução, 26 fogos de habitação social nas freguesias de Guilhadeses, Souto e Parada;
- Está concluída a beneficiação do Bairro Social da Quinta da Capela, em Vilafonche;
- Está em execução a recuperação de escolas para habitação em Parada, S. Cosme e S. Damião e Selim-Couto, e mais uma reabilitação prevista em Jolda Madalena;
- Será reconvertida uma habitação em 5 fogos para numa residência partilhada em Parada;
- Será iniciada nos próximos dias a reabilitação do Bairro do Sobreiro, a realizar pelo IHRU e foi celebrado um protocolo com o mesmo instituto para loteamento em Casal Soeiro, Vilafonche, com 60 habitações de renda acessível.

No âmbito do Projeto CLDS 5G e do eixo “Envelhecimento Ativo e Saudável”, a Autarquia destacou-se pelo sucesso do Encontro Sénior na Malafaia, com mais de 2 500 participantes, e pelo dinamismo do projeto “Séniore+Ativos”, com 38 seniores e 5 técnicos a participarem nas Olimpíadas Distritais “Olympics for ALL”, conquistando o 3.º lugar no basquetebol feminino e o 2.º lugar no jogo da corda. De assinalar também as aulas semanais no ginásio sénior, com o envolvimento de cerca de 150 alunos. Foi também celebrada uma iniciativa alusiva ao Dia dos Avós, em parceria com a Comissão de Apoio à População Idosa.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

Ponto 1 – relatório de atividade – recolha de resíduos sólidos

Queremos começar por reconhecer o esforço que o Município realizou neste último verão em matéria de recolha de resíduos sólidos urbanos.

É evidente o reforço de meios e a procura em responder ao aumento significativo da produção de resíduos, fruto da maior afluência da nossa diáspora e de visitantes ao concelho nesta época do ano e demonstra que os nossos constantes alertas não caíram em saco roto e havia e há espaço para melhoria.

No entanto, importa ser claro: esse esforço, embora visível, não é ainda suficiente. Continuamos a ter problemas sérios no sistema de recolha, com situações recorrentes de acumulação de resíduos e falhas na limpeza regular dos pontos de recolha. São factos que todos podemos observar no dia a dia, seja no centro da vila, seja em freguesias mais afastadas.

Estas situações não apenas prejudicam a imagem de Arcos de Valdevez, como colocam em causa a qualidade de vida dos nossos munícipes e a atratividade turística do concelho.

É fundamental perceber que não se trata apenas de recolher o lixo, trata-se de garantir higiene, saúde pública e um espaço urbano agradável e digno para todos.

Por isso, é necessário ir mais além. É preciso rever os circuitos e a frequência da recolha, reforçar a manutenção e a higienização dos contentores, e garantir que estes estão em número suficiente e em bom estado. Ao mesmo tempo, é fundamental reforçar a apostar em campanhas de sensibilização junto da população para promover comportamentos mais responsáveis na deposição dos resíduos.

Deixamos, assim, um apelo à Câmara Municipal para que elabore uma estratégia mais consistente e duradoura para o sistema de recolha e gestão de resíduos, que envolva também as freguesias e a comunidade. Arcos de Valdevez merece um concelho mais limpo, mais organizado e mais sustentável, nós aqui estaremos sempre disponíveis para dar o nosso contributo.

Arcos de Valdevez, 25 de setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 26
SETEMBRO 2025**



Ponto 1 Relatório de atividades

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

RO 14 agosto de 2025

- Acidente ocorrido na festa de N^o Sra. Da Lapa: Como ocorreu o acidente e se já há conclusões sobre as causas que estiveram no acidente, medidas para prevenir futuras situações e qual o estado do ferido grave?
- Programa Municipal “Renda Acessível em Valdevez-RAv refere a contractualização de um fogo, quando temos 10 fogos para arrendamento. Pelo que se deduz dos 10 fogos só um é que foi arrendado!!! Porquê que os outros não foram arrendados?
- PO 426/2021- Segurança Rodoviária – Guardas de segurança: dado o procedimento ter ficado deserto, foi aprovado o respetivo encerramento. Pergunta-se qual o procedimento a seguir? Qual o valor base do concurso e qual a quantidade de guardas a colocar?

Já por inúmeras vezes chamei a atenção para a insuficiência nas informações sobre as intervenções em caminhos e estradas municipais. Não duvidamos que elas sejam feitas.

Mas quando nos aparece RBCVM (bloco 2) obras de alargamento e pavimentação de caminhos municipais , lote dois. Nós ficamos sem saber nada, nem onde foram feitos, nem quantidades e o que gastou cada caminho. O nosso dever é fiscalizar e não nos são facultados dados que nos permitam fazê-lo.

O nosso município vendeu o edifício da antiga escola primária de Gração, S. Jorge e impôs e bem determinadas condições para celebrar o negócio. As condições impostas pelo município requeriam um caminho em boas condições de circulação , quer de pessoas quer de veículos, nomeadamente ambulâncias do INEM. Esse caminho estará em algum dos blocos, para ainda ser feito ou já foi feito. É que hoje em dia, é obra vender uma casa ou um terreno sem acesso condigno.

Também não nos é informado se as entidades beneficiadas com apoios ao desenvolvimento, apresentaram, como é normal o seu relatório de atividades efetuadas e o plano de atividades, porque a nós e nunca é demais dizê-lo.

Compete-nos zelar pelo emprego correto das verbas municipais. Penso que estes relatórios continuam a pecar por demasiadas omissões dos assuntos neles tratados.

Arcos de Valdevez 26/09/2025

O grupo Municipal do CDS

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'CDS' or similar, written in a cursive style.

Assembleia Municipal Arcos de Valdevez

Sessão ordinária de 26 de Setembro de 2025

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e restante mesa,

Sr. Presidente da Câmara Municipal e respectiva Vereação,

Srs. Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia,

Minhas Senhoras e meus Senhores, comunicação social presente.

A CDU gostaria de saber que resposta tem o Executivo Municipal a dar relativamente à situação preocupante que um habitante do concelho nos fez chegar, e que diz respeito à degradação grave do caminho de acesso à antiga Escola Primária de Gração.

Segundo nos foi comunicado, este caminho apresenta abatimentos, deslizamentos de terras e colapso parcial de um muro de suporte, comprometendo a segurança rodoviária, o acesso a propriedades privadas e a circulação de veículos de emergência.

Acresce que, há mais de dois anos, foram submetidos requerimentos à Câmara Municipal solicitando intervenção — requerimentos esses que nunca obtiveram resposta, em claro indício de silêncio administrativo, o que, a verificar-se, é profundamente preocupante.

Assim, solicitamos que o Senhor Presidente esclareça:

Qual a razão para o silêncio administrativo mantido durante mais de dois anos?

Se existe algum plano de intervenção para este caminho?

Se sim, qual o cronograma e orçamento previsto para a sua reabilitação?

E se a Câmara reconhece ou não a gravidade da situação em termos de segurança pública?

Sublinhe-se que esta questão não é apenas de interesse particular, mas levanta preocupações legítimas de ordem pública, legal e política, sobre a relação da autarquia com os cidadãos e o cumprimento das suas responsabilidades.

O Eleito da CDU

Emília Vasconcelos



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

Ponto 1 – relatório de atividade – Centro para a Nova Indústria do Alto Minho (CNIAM)

A bancada do Partido Socialista vem questionar o executivo quanto ao projeto de construção do Centro para a Nova Indústria do Alto Minho, aprovado em reunião de Câmara no dia 20 de junho, com investimento de 2.749.578,00€ e prazo de execução de 390 dias.

Reconhecemos plenamente a importância estratégica deste projeto para o desenvolvimento económico da nossa região. Representa uma oportunidade única de modernizar o tecido industrial local, criar emprego qualificado e posicionar o Alto Minho como referência na nova economia.

Contudo, não podemos deixar de expressar a nossa profunda preocupação com o impacto que esta construção terá sobre a nossa feira quinzenal, um património imaterial que dinamiza o comércio local há décadas, fortalece os laços comunitários e preserva tradições centenárias que fazem parte da nossa identidade cultural.

A captação de fundos comunitários, por mais importante que seja, não pode ser um fim em si mesmo. Deve servir o desenvolvimento harmonioso da nossa comunidade, respeitando e valorizando aquilo que já existe e funciona. Não estamos contra o progresso, estamos a favor de um progresso sustentável e inclusivo, que não sacrifique os valores fundamentais da nossa cultura e tradição.

Por isso, recomendamos, em nome do concelho e dos arcuenses, que o Executivo Municipal estude soluções alternativas de localização que permitam a coexistência harmoniosa do CNIAM com a feira quinzenal. Para tanto, que se faça um faseamento da obra que minimize impactos, que se criem espaços alternativos temporários se necessário, que se integre a feira no projeto futuro.

O desenvolvimento económico e a preservação cultural não são incompatíveis. Pelo contrário. Quando bem articulados, potenciam-se mutuamente. E é isso que aqui deve acontecer. O futuro do nosso concelho e da nossa região constrói-se respeitando o seu passado e valorizando o seu presente.

26 de Setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista





Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

Ponto 2 – Proposta de regulamento do conselho municipal de saúde de Arcos de Valdevez

A proposta de regulamento que hoje apreciamos nesta Assembleia Municipal decorre de imposição legal, nomeadamente do estabelecimento do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais implementado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os municípios no domínio da saúde com a introdução das seguintes imposições legais:

- A criação do Conselho Municipal de Saúde em cada município, com composição e competências previstas no seu artigo 9.º;
- a obrigatoriedade dos municípios elaborarem regulamentos de funcionamento desses conselhos (por delegação do poder regulamentar das autarquias);
- e a aprovação desse regulamento neste fórum, sob proposta da câmara.

Já anteriormente o grupo municipal do Partido Socialista tinha aqui trazido uma proposta para a criação de um Observatório Municipal da Saúde, recomendação essa liminarmente recusada pela bancada do Partido Social Democrata sob o argumento de que não era necessário. Pois bem, eis-nos perante um regulamento que vem comprovar aquilo que era defendido pelo Partido Socialista em 2023 - a necessidade de um órgão que articule cooperação no planeamento, na definição de uma estratégia e de uma política de saúde a nível municipal, entre as várias entidades da área da saúde. Hoje, como a proposta não é da oposição, será com toda a certeza aprovada. É caso para dizer – mais vale tarde do que nunca. Quem perdeu, mais uma vez, foi a população arcuense por esta falta de saber-estar democrático tão característica deste executivo que abomina tudo o que é proposto pelo grupo do Partido Socialista para depois, passado uns meses ou anos, sob outra designação, vir com pompa e circunstância apresentar como sua proposta.

Depois deste prelúdio que se impunha, passemos à análise do documento propriamente dito.

- Parecem-nos muito subjetivas as competências deste conselho. Bem sabemos que o documento é um pró-forma, mas na prática ~~o mesmo não elucida convenientemente os~~ *mas elucida muito pouco* ~~demais~~ sobre quais os objetivos e de que forma este Conselho irá efetivamente intervir e contribuir para o desenvolvimento de políticas de saúde a nível local. Na ausência de um pensamento estratégico sistematizado e devidamente explanado no presente documento em apreciação, questionamo-nos, nomeadamente, se a constituição deste conselho irá servir apenas o propósito do cumprimento de uma obrigatoriedade legal e se o regulamento em apreço não passará de um documento de retórica. Exigem-se boas práticas centradas nas pessoas e no território!





Antecipando o complexo trabalho deste órgão, que se deseja efetivamente relevante e profícuo, deixamos aqui algumas sugestões de eixos prioritários de intervenção em matéria de saúde, no nosso território:

- trabalhar a rede de mobilidade concelhia, centrada no transporte de utentes com carências para consultas, exames e tratamentos, principalmente, no período não escolar, uma vez que a acessibilidade aos cuidados de saúde é seriamente prejudicada pela falta de transportes que cubram a totalidade do nosso território;
- criar uma comissão de regulamentação no atinente à alimentação escolar, já previamente sugerida pelo grupo do Partido Socialista na última Assembleia Municipal;
- realizar uma avaliação e retrato exaustivos das toxicodependências e dos padrões de consumo aditivos em Arcos de Valdevez, principalmente na população mais jovem, para que as medidas e instrumentos preconizados sejam mais adequados à heterogeneidade de padrões de consumo e consumidores e a uma diversidade de fatores pessoais, sociais, culturais e relativos à própria utilização de determinadas substâncias ou a comportamentos aditivos;
- promover uma efetiva participação cívica, integrando na sua composição, nomeadamente, a comissão instaladora dos utentes do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez.

Concomitantemente, partilhamos também algumas notas e questões sobre este Conselho:

Neste momento já está em fase avançada o planeamento da reestruturação do centro de saúde de Arcos de Valdevez. Assim sendo, não teria sido útil o contributo deste conselho para este planeamento? Embora alguns dos futuros constituintes do mesmo tenham participado nessa discussão e planeamento parece-nos que teria sido mais representativo se este Conselho Municipal da Saúde tivesse sido criado atempadamente.

Na câmara já existem órgãos que articulam com o centro de saúde - por exemplo a Comissão de Apoio à Pessoa Idosa e o Serviço de Acompanhamento dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção. Como vai prosseguir esta articulação? Estes órgãos serão integrados neste Conselho?

O que se entende por “analisar o funcionamento dos estabelecimentos de saúde”? Que parâmetros e de que forma serão executadas estas análises?

Assim, agradecemos que o Sr. Presidente da Câmara em exercício elabore sobre as observações e questões do Grupo do Partido Socialista sobre este ponto.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,

Diana Sousa



**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**



O Grupo Municipal do PSD vem destacar a importância estratégica do Conselho Municipal de Saúde para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

Num momento em que os desafios na área da saúde se intensificam, torna-se ainda mais essencial fortalecer os instrumentos de participação democrática e de gestão partilhada. O Conselho Municipal de Saúde não é apenas um órgão consultivo, é uma instância de controlo social, de cocriação de políticas públicas e de fiscalização dos recursos públicos investidos na saúde.

Através deste conselho, os cidadãos têm voz ativa nas decisões que impactam diretamente o seu bem-estar. É nesse espaço que se escutam as reais necessidades da população, se debatem as prioridades locais e se acompanha a execução das políticas de saúde.

Um Conselho Municipal de Saúde atuante contribui para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde; o uso mais eficiente dos recursos públicos; a construção de políticas mais justas, equitativas e adequadas à realidade do nosso território; e, acima de tudo, para o fortalecimento da confiança entre os cidadãos e os poderes públicos.

A saúde é um pilar do desenvolvimento. Sem saúde, não há educação de qualidade, não há economia que prospere, não há qualidade de vida. Assim, fortalecer o Conselho Municipal de Saúde é investir diretamente no futuro do concelho.

O concelho de Arcos de Valdevez conseguiu atribuir médico de família a todos os residentes no território, havendo ainda vagas por preencher. Com mais de 20 mil habitantes, o número de médicos de família contratados aumentou para 16, o que permitiu que toda a população ficasse abrangida pelos cuidados de saúde primários.

A Autarquia, o Serviço Nacional de Saúde e várias instituições parceiras têm desempenhado um papel fundamental na proximidade, promoção e melhoria dos cuidados de saúde em Arcos de Valdevez. Destacam-se: uma Rede de Unidades de Cuidados Continuados ativa; o investimento nas obras da Extensão de Saúde de Soajo; e o aproveitamento da Enfermaria do 2.º piso no Centro de Saúde.

A26-2

**GRUPO MUNICIPAL DO PSD
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**



Está em execução a requalificação do Centro de Saúde. De assinalar a que esta obra foi alvo de uma adenda ao contrato de financiamento para reabilitação e ampliação do Centro de Saúde de Arcos de Valdevez; a alteração funcional do Centro de Saúde para instalação de uma Unidade de Retaguarda; e o fornecimento e instalação de mobiliário e equipamentos, com um financiamento comunitário de 3,3 milhões de euros.

Importa ainda assinalar a intervenção da Autarquia ao nível da descentralização do CRI – Centro de Respostas Integradas, com o início do atendimento descentralizado; e a adesão do Município ao programa ABEM – Apoio à Medicação de Agregados Familiares Desfavorecidos.

No que diz respeito aos novos investimentos na área da Saúde previstos, a destacar a solicitação à ULSAM para a realização de obras e ativação da Extensão de Saúde de Loureda, bem como a intenção de criar Unidades de Cuidados Paliativos.

Lançamos, portanto, um apelo a esta Assembleia: que possamos valorizar, apoiar e acompanhar de perto o trabalho deste importante órgão. Que incentivemos a sua composição plural, a sua autonomia e a sua capacidade de atuação.

Por uma saúde pública mais próxima, mais humana e mais eficiente.
Por um concelho mais justo e desenvolvido.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 26
SETEMBRO 2025**



**Ponto 2 Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de
Saude do Concelho de Arcos de Valdevez**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.s Secretários da Mesa

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

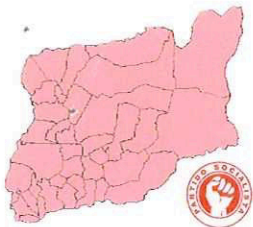
Analisada a proposta, o CDS nada tem a acrescentar, tendo em consideração que a mesma está elaborada tendo por base a Lei de Bases da Saúde e já decorreu o período de consulta pública.

Para que se possa ter acesso às atas recomenda-se que as mesmas sejam publicitadas no site da Câmara Municipal.

Recomenda-se também uma vez que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal faz parte do Conselho de Saúde, conforme disposto no nº 1 do art. 9º do D.L. 23/2019, seria de interesse que na Assembleia Municipal que se segue à reunião do Conselho Consultivo, fosse distribuída a ata da reunião do Conselho Consultivo.

Arcos de Valdevez 26 de setembro de 2025

O Grupo Municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

Ponto 3 - Proposta de debate sobre a revisão do Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal instrumento de planeamento e ordenamento do território do concelho, definindo as linhas estratégicas para o desenvolvimento urbanístico, económico, social e ambiental. Por isso, é de elevada importância que esta assembleia promova uma reflexão e debate alargado sobre o novo PDM e a revisão em curso.

Estamos neste momento a concluir um mandato de 4 anos sem que este documento orientador e estruturante para o concelho tenha sido devidamente debatido. Tirando dois momentos proporcionados pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal em que fomos chamados a conhecer as linhas mestras e orientadoras deste novo documento do executivo municipal, nada nos foi dado a conhecer, a debater, a discutir.

Durante este mandato, este executivo social democrata falhou liminarmente na elaboração e aprovação do principal documento que orienta o futuro do concelho. O prazo de aprovação foi prorrogado até 31 de dezembro de 2024, estamos em setembro de 2025 e nada aconteceu. Ninguém sabe qual o ponto de situação do PDM de Arcos de Valdevez.

A importância deste debate é ainda mais premente com a aprovação da nova Lei dos Solos - Decreto-Lei n.º 117/2024, que altera o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), visando aumentar a oferta de solos para construção, especialmente para habitação pública a custos moderados. Essa alteração irá permitir a reclassificação simplificada de solo rústico para urbano, quando a finalidade for habitacional ou conexa e com critérios definidos, criando mecanismos para que a habitação construída em solos reclassificados cumpra regras de custo moderado e de limitação de preço de venda.

Os órgãos autárquicos municipais que saírem das eleições do próximo 12 de outubro terão novas competências e responsabilidades sobre esta temática. As câmaras municipais poderão promover reclassificações de terrenos que hoje são rústicos para urbanos, sob certas condições. A câmara propõe, a Assembleia Municipal delibera. Ou seja, o executivo municipal prepara as propostas de alteração de uso do solo, mas não pode implementá-las sem a aprovação da Assembleia. A lei destaca que esta partilha de poder entre o poder executivo e deliberativo servirá para garantir maior transparência e responsabilização, permitindo aos munícipes e outros representantes, via Assembleia, acompanharem as deliberações sobre decisões territoriais importantes.

Como há mais responsabilidades, a Associação Nacional de Assembleias

Municipais (ANAM) defende que seja providenciada formação técnica para os membros das Assembleias Municipais, e que exista financiamento adequado para que possam desempenhar essas funções. Seria interessante também discutir sobre a necessidade da existência de um regime orçamental autónomo para a Assembleia Municipal ou de identificar dotações específicas no orçamento municipal para suportar os processos relacionados com a nova lei, incluindo a preparação de propostas, estudos, análises técnicas, pareceres, entre outros.





O Plano Diretor Municipal não é mais um plano ou regulamento que aqui aprovamos e fica fechado numa gaveta do Município. O PDM é o instrumento legal que organiza e

regula o uso do solo: onde se pode construir, que áreas são agrícolas, quais são as zonas de proteção ambiental, onde podem existir indústrias, equipamentos públicos, zonas comerciais, infraestruturas, etc.

O PDM impacta diariamente a vida de todos nós que vivemos, trabalhamos e desenvolvemos uma atividade socioeconómica ou pretendemos investir no concelho:

1. Na habitação

Define onde é permitido construir;

Influencia o preço dos terrenos e das casas: zonas com solo urbano ou urbanizável tendem a ter terrenos mais caros;

Impacta os programas de habitação acessível, porque o município só pode promovê-los em zonas compatíveis com o PDM.

2. Na Mobilidade e transportes

O PDM orienta a localização de estradas, ciclovias, transportes públicos.

3. No Ambiente e qualidade de vida

Define as áreas verdes, parques, reservas ecológicas e condiciona o uso de zonas próximas a rios, praias ou florestas.

Protege áreas agrícolas e florestais, garantindo que não são ocupadas por construções desordenadas.

Protege as pessoas da exposição das pessoas a riscos naturais (cheias, incêndios, erosão costeira).

4. Na Economia e emprego

Determina as zonas industriais, comerciais ou turísticas.

Condiciona a instalação de mercados, feiras e serviços que geram emprego.

5. Nos Serviços públicos

Orienta a localização de escolas, hospitais, centros de saúde, equipamentos culturais e desportivos e define reservas de solo para futuros equipamentos coletivos.

6. Na Vida comunitária

Impacta o crescimento/desenvolvimento das freguesias.

Interfere na vida agrícola, por exemplo na construção de instalações pecuárias.

Define e mantém a traça do nosso edificado, ajudando a preservar a nossa identidade.





A habitação e a definição de onde se pode construir é de facto uma das faces mais visíveis do PDM, pela importância do tema na vida das pessoas e pela valorização económica que pode dar ou não a um terreno.

No passado, cometeram-se erros no licenciamento de habitações dispersas um pouco por todo o território, paisagem característica de todo o Alto Minho. Tal facto fez disparar os custos com a disponibilização dos serviços nessas habitações, sejam eles de acessibilidade, saneamento, água, luz ou fibra, para além da óbvia questão da proteção civil e da defesa contra incêndio rural.

Por muito que as câmaras municipais encontrem no licenciamento de novas habitações uma das principais fontes de receita própria - na prática, cada novo projeto habitacional aprovado traduz-se em entrada de fundos para a autarquia - não podemos concordar com a criação de uma relação de dependência desse licenciamento como forma de equilibrar os orçamentos municipais.

Atualmente, um dos grandes desafios dos municípios é conciliar planeamento urbano com acesso à habitação. Por isso, ao rever ou aprovar um novo PDM, é essencial que este reserve áreas específicas para construção a custos acessíveis. Isso pode ser feito através de vários mecanismos previstos na lei:

- Classificação de solo urbano ou urbanizável com afetação obrigatória a programas de habitação a custos controlados ou acessíveis.
- Cedências urbanísticas dos promotores, em que parte dos terrenos ou edifícios construídos têm de ser destinados a habitação pública ou de renda acessível.
- Incentivos e compensações — por exemplo, permitir maior aproveitamento construtivo em troca de reservar frações para arrendamento acessível.
- Articulação com o Programa 1.º Direito e outros programas nacionais de apoio à habitação, assegurando que o solo definido no PDM está disponível para esses projetos.

Em termos práticos, o novo PDM deve funcionar como um instrumento de regulação do mercado imobiliário, evitando que apenas o segmento de luxo tenha solo

disponível para construção e garantindo que a população residente, sobretudo jovens e famílias, encontra soluções habitacionais a preços compatíveis com os rendimentos locais.

Perguntamos: estará esta realidade acautelada na revisão do PDM de Arcos de Valdevez? Desconhecemos.

Na educação e rede de parque escolar propomos que se olhe para esta oportunidade para usar esta revisão do PDM para definir requalificação de edifícios existentes, como por exemplo as antigas escolas primárias como centros comunitários, bibliotecas, ou extensões de apoio escolar numa estratégia que permita associar o mapa escolar ao inventário de edifícios públicos, reaproveitando património em vez de só construir novo.

Podemos também identificar, via mapa escolar, áreas com maior vulnerabilidade social e prever no PDM equipamentos educativos complementares (ATL, creches sociais, espaços de apoio), criando zonas de prioridade educativa no planeamento municipal, com incentivos a investimentos em infraestruturas escolares e desportivas. O PDM deve também prever zonas de estacionamento e de parque para deixar os filhos junto às escolas evitando os usuais congestionamentos. Se





queremos ser um concelho carbono zero, podemos prever um mapa escolar que proponha um menor tempo de deslocação e uma rede de transportes escolares mais eficiente.

A relação entre o PDM e a atividade industrial é crucial, porque o PDM define onde, como e em que condições as indústrias podem instalar-se dentro de um município. Essa relação

afeta tanto o desenvolvimento económico local como a qualidade de vida da população.

A indústria e as zonas industriais constituem pilares centrais do desenvolvimento económico e social do território, mas enfrentam hoje um contexto de grandes transformações ditado pelas prioridades europeias até 2030.

A transição verde, consagrada no Pacto Ecológico Europeu e no pacote “Fit for 55”, obriga a reduzir emissões, promover a eficiência energética e valorizar práticas de economia circular, o que implica a requalificação de áreas industriais obsoletas e a adoção de soluções sustentáveis nas existentes.

Paralelamente, a transição digital, alinhada com a Bússola Digital 2030, exige a digitalização crescente das empresas, a criação de zonas industriais inteligentes dotadas de infraestruturas de conectividade (5G, cloud, IA) e a promoção de centros de inovação e

espaços colaborativos. Acresce a necessidade de reforçar a resiliência e a autonomia estratégica da União Europeia em setores críticos – como energia, semicondutores, matérias-primas ou saúde – o que requer territórios preparados para acolher novas cadeias de valor produtivas e reduzir dependências externas.

A gestão eficiente de recursos, no quadro do Plano de Ação para a Economia Circular, deve orientar as decisões no sentido de privilegiar a reconversão em vez da expansão desordenada, fomentando sinergias entre empresas e práticas de simbiose industrial.

Estamos a trabalhar neste segmento na revisão do nosso PDM? Não sabemos.

Finalmente, deve-se promover a coesão territorial e o emprego qualificado, assegurando que o desenvolvimento industrial beneficia igualmente zonas urbanas e periféricas e que os investimentos se alinham com os instrumentos financeiros europeus, como o PRR, o FEDER e o Horizonte Europa.

Assim, o planeamento territorial não só garante a modernização e competitividade das zonas industriais, como assegura que o município se posiciona de forma ativa e estratégica no cumprimento dos objetivos europeus para 2030 e em diante, tornando-se mais resiliente, sustentável e preparado para a economia do futuro.

É isto que está a ser feito? Ignoramos.

A relação entre o Parque Desportivo Municipal e o PDM é direta e muito relevante, porque o PDM define onde e como equipamentos desportivos podem ser instalados e ampliados dentro do território municipal. Este parque não é apenas um local, mas uma rede vital, composta por quatro espaços distintos e complementares: Guilhadeses, Paçô, Adecas, Távora e o Parque Municipal. Cada um deles tem a sua identidade e a sua função, mas é a sua união que realmente cria valor.





O primeiro desafio que o PDM enfrenta é garantir que estes espaços não funcionem como ilhas isoladas. A acessibilidade e a mobilidade entre Guilhadeses, Paçô, Adecas, Távora e o Parque Municipal são cruciais.

A juventude de Arcos de Valdevez cresce, e com ela, a necessidade de mais e melhores infraestruturas desportivas.

O PDM deve olhar para o futuro, salvaguardando a expansão necessária para estes parques. Isto significa que o plano deve designar áreas específicas adjacentes a cada parque para futura expansão, evitando que o crescimento urbano impeça o desenvolvimento do desporto. Seja para a construção de novos campos, ginásios, pistas de atletismo ou áreas de

apoio, a previsão destas zonas é vital para que os nossos atletas de hoje e de amanhã tenham as condições necessárias para evoluir. O PDM deve ser um instrumento que protege o desporto da especulação imobiliária, garantindo o espaço para o seu crescimento.

Será isso que está a ser previsto? Não sabemos.

Por fim, não podemos ignorar um aspeto de grande importância: a segurança. Alguns dos nossos parques, como os de Paçô, Adecas e Távora estão próximos de zonas florestais, o que levanta preocupações. O PDM tem a responsabilidade de estabelecer medidas de segurança robustas.

Isto inclui a criação de zonas de gestão de combustível ao redor das infraestruturas, a instalação de pontos de água de combate a incêndios e a garantia de acessos de emergência desobstruídos.

Ao prever a mobilidade, a expansão e a segurança dos nossos parques desportivos, estamos a investir no bem-estar dos nossos cidadãos, a apoiar o talento local, garantindo um futuro desportivo promissor para o nosso concelho.

O rio Vez é um dos nossos maiores ativos naturais, e o PDM deve reconhecê-lo como um espaço de potencial inestimável. A criação de estruturas para atividades náuticas, como a canoagem e o kayak polo, não só promove a saúde e o lazer, mas também impulsiona o turismo e a economia local. O plano deve prever a localização e a construção de pontos de acesso ao rio, bem como de centros de apoio náutico, com balneários, áreas de armazenamento de embarcações e espaços de convívio.

A cultura é a alma de Arcos de Valdevez e o PDM deve ser o nosso guardião.

A criação de estruturas culturais é vital para preservar a nossa identidade e promover a criatividade. O plano deve incentivar a requalificação de edifícios antigos ou subutilizados, transformando-os em centros culturais, salas de exposições e auditórios.

Estes espaços podem acolher espetáculos de teatro, música, dança e exposições de arte.

Além disso, o PDM pode designar espaços públicos em locais estratégicos para a realização de eventos ao ar livre, festivais e feiras, fortalecendo a vida cultural e o convívio social no nosso território.

A Natureza é um dos maiores ativos do nosso concelho e também nesta esfera o PDM pode ser impactante pela forma como pode protegê-la e torná-la acessível a todos. Falamos de ecovias e trilhos pedestres, que são muito mais do que simples caminhos – são a nossa porta de entrada para a paisagem, a nossa saúde e o nosso turismo.





O primeiro e mais importante passo é o registo destas ecovias e trilhos no PDM. Ao incluir formalmente estes percursos no plano, estamos a dar-lhes um estatuto de

proteção. O PDM deve classificar estas áreas como espaços a preservar, evitando que o avanço da construção ou outras intervenções urbanas comprometam a sua continuidade e integridade.

O registo garante que a rede de percursos é uma prioridade no planeamento do território e que qualquer intervenção futura terá de respeitar a sua existência.

Este reconhecimento no PDM é também uma forma de valorizar o trabalho das comunidades e das associações locais que ao longo dos anos têm mantido estes trilhos vivos.

É também fundamental que o PDM exija a criação de faixas de segurança ao longo destes percursos. Esta medida, que consiste na gestão de combustível vegetal em ambos os lados dos trilhos, atua como uma barreira natural contra a propagação do fogo.

Esta não é apenas uma medida de proteção dos trilhos, mas também de salvaguarda das vidas de quem os utiliza e da floresta que os rodeia.

A segurança dos utilizadores deverá ser a nossa prioridade máxima. Embora os nossos trilhos sejam um espaço de lazer, podem ocorrer acidentes. O PDM tem um papel crucial na garantia de que estamos preparados para estas situações. Assim, este documento deve identificar e mapear os pontos estratégicos para a localização de postos de socorro. Estes locais podem ser abrigos, ou mesmo pontos de fácil acesso para veículos de emergência.

A sinalização destes pontos ao longo dos trilhos e a sua inclusão no PDM asseguram que, em caso de necessidade, as equipas de resgate sabem exatamente onde acorrer.

O concelho tem de definir claramente uma estratégia para o desenvolvimento turístico que pretende, e criar o Conselho Municipal de Turismo que a implemente e monitorize. Também aqui, o PDM se emancipa como um instrumento-chave para garantir que o turismo sustentável seja promovido de forma equilibrada, sem comprometer o ambiente, a identidade local e a qualidade de vida da população, ajudando a definir zonas específicas para turismo, evitando pressão excessiva sobre áreas residenciais ou agrícolas; condicionando novas construções turísticas em áreas sensíveis; incentivando a reabilitação do património edificado (centros históricos, aldeias tradicionais) em vez de novas construções e assegurar que novos empreendimentos turísticos tenham ligação a redes de água, saneamento e energia renovável.

A procura turística de Arcos de Valdevez baseia-se na sua paisagem, história, cultura e genuinidade. Na forma carinhosa como recebemos. Só conseguimos manter aquilo que atrai as pessoas ao território fixando os nossos, evitando o êxodo e o abandono das nossas aldeias, e criando medidas que ajudem a salvar essa paisagem que foi moldada durante séculos pelos nossos antepassados:

- Estabelecendo áreas de proteção paisagística e natural, limitando a densidade de empreendimentos turísticos.
- Garantindo zonas de transição (buffers) entre turismo e áreas florestais, agrícolas ou de conservação.





- Regulando materiais, cores e volumetrias das construções para respeitar a identidade visual e cultural do território.

No âmbito do PDM, a salvaguarda da paisagem é um dos objetivos centrais do ordenamento do território, pois visa proteger os valores naturais, culturais e estéticos do concelho, garantindo que o desenvolvimento urbano e rural seja sustentável e harmonioso com o meio ambiente. Sem paisagem não há turismo por exemplo. Sem turismo o desenvolvimento económico do concelho perde um dos seus pilares fundamentais. O PDM deve, portanto, articular-se com planos de ordenamento florestal, planos de gestão de áreas protegidas e estudos de impacto ambiental, garantindo coerência entre urbanismo e conservação da paisagem. Ao definir áreas de expansão urbana, loteamentos e equipamentos coletivos, o PDM evita a ocupação dispersa e desordenada, promovendo a densificação racional e respeitosa da paisagem.

Proteção de elementos naturais e culturais deve ser também uma das linhas orientadoras na elaboração deste documento, garantindo a preservação de rios, ribeiras, encostas, florestas e monumentos integrados na paisagem, estabelecendo zonas de proteção, e incentivando a manutenção de corredores ecológicos e vegetação autóctone.

Em suma, defendemos que no PDM sejam claramente definidas áreas de reserva natural, zonas verdes, áreas agrícolas e espaços de interesse paisagístico, estabelecendo regras específicas para cada uma delas, sendo que em zonas de elevado valor paisagístico, deva ser limitada ou condicionada a construção, garantindo que novas edificações não comprometam a vista, o relevo ou o enquadramento ambiental.

Na agricultura o PS defende há muito que sejam criadas área de emparcelamento agrícola funcional, áreas essas que promovam a reorganização e consolidação de parcelas agrícolas com o objetivo de tornar a exploração mais eficiente, melhorar a acessibilidade, otimizar o uso de recursos e facilitar práticas agrícolas modernas. Neste seguimento, consideramos que devem

ser vertidas em sede de PDM as áreas com potencial para serem emparceladas, assim como a definição das vias de acesso, caminhos rurais e redes de serviço.

O PDM deve olhar também para as áreas florestais - a floresta não é apenas uma área a preservar, mas um recurso estratégico que deve ser integrado no planeamento urbano e rural, equilibrando proteção ambiental, prevenção de riscos e usos sustentáveis.

Propomos claramente que seja feito, na elaboração do PDM, um trabalho de mapeamento e classificação de todas as áreas florestais do concelho, distinguindo florestas de produção, proteção e corredores ecológicos, estabelecendo zonas tampão entre áreas florestais e urbanas ou industriais, prevenindo a ocupação desordenada.

É fundamental que o PDM defina regras claras de densidade, altura e afastamentos de construções próximas à floresta, evitando risco de incêndio e degradação da paisagem, que tenha em consideração a nova classificação de zonas florestais sensíveis trazida pelo novo PROF de Entre Douro e Minho e que incentive a construção e utilização de materiais adequados para que as novas edificações sejam compatíveis com o ambiente e com o risco de incêndio rural que hoje é uma realidade.





Em termos de acessibilidade e mobilidade é de todo fundamental que o PDM preveja a ligação ao nó da A3 de Sapardos. Seria também primordial que o documento privilegiasse a mobilidade intra e interconcelhia garantindo melhor qualidade de vida a todos.

Para além das vias de acessibilidade, o PDM deveria também se debruçar sobre o traçado das vias de comunicação e redes de infraestruturas (energia, saneamento, telecomunicações). A rede de fibra ótica deve ser planeada em coerência com o desenho urbano já previsto, evitando sobreposição desordenada de cabos, valas e condutas. Nas áreas de expansão urbana ou novos loteamentos, o PDM pode prever condutas técnicas onde a fibra ótica deve ser instalada de forma integrada. Em áreas históricas ou paisagisticamente sensíveis, o PDM deve restringir instalações aéreas, obrigando ao enterramento da fibra. Em zonas industriais e de serviços, este documento deve prever a implantação de fibra ótica como infraestrutura essencial à atividade económica. Por fim, nas áreas rurais, o PDM deverá assegurar a criação de corredores de comunicação para garantir a redução da exclusão digital.

Um PDM bem construído não é apenas um mapa de solos. É a garantia de que o desenvolvimento económico, a preservação ambiental e a qualidade de vida caminham juntos, hoje e no futuro. O PDM é o nosso compromisso em olhar para o futuro sem esquecer as raízes do território.

Ficam aqui algumas ideias para um debate que se espera que possa contribuir para melhorar o documento e, consequentemente, o nosso concelho e o nosso futuro.

Arcos de Valdevez, 26 de setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 26
SETEMBRO 2025**



Ponto 3 Proposta de Debate Sobre a Revisão do PDM –

Contributo político apresentado pelo PS

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.s Secretários da Mesa Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presents

Sobre o assunto o CDS/PP informa que sendo o PDM um instrumento de planeamento territorial e de gestão urbanística onde se encontram vertidos os planos de estratégicos de desenvolvimento e as políticas de utilização de solos, é da maior importância que as forças políticas com assento nesta Assembleia sejam chamadas a ter conhecimento das propostas que irão ser apresentadas.

O prazo de vigência de um PDM é de dez anos, findo os quais terá de ser revisto para precisamente se adequar às novas funcionalidades e à legislação que entretanto se produziu.

O atual PDM dos Arcos de Valdevez teria de ser revisto até finais de 2024, mas com as alterações sobre a nova lei de utilização de solos, provavelmente foi concedido novo prazo de prorrogação. Gostaríamos de saber qual o prazo concedido para a apresentação do novo PDM revisto.

Durante o presente mandato, apenas fomos chamados a uma reunião com a presença da equipa que está a elaborar o PDM, e na qual foram explicitados alguns conceitos que estavam na base do estudo apresentado.

Esses conceitos estão alterados e naturalmente que se reveste da maior importância saber como se vai adequar a atual lei dos solos às novas propostas e quando é atribuído à Assembleia Municipal um papel importante de decisão.

Nesse sentido é oportuna a proposta que o PS apresenta, mas temos de realçar que hajam sessões de esclarecimento com a equipa do PDM, sobre as medidas que vão ser propostas, porque trata-se de um documento técnico de acordo com as orientações políticas que se pretendem implementar.

Da forma como está presentemente o PDM, acaba por ser um instrumento de ordenamento que é passível de alteração, com a decisão da Câmara municipal e desta Assembleia. Deixou de ser um instrumento com regras urbanísticas fixas, mas que podem ser alteradas com uma decisão da Assembleia Municipal. Teremos de saber como isto tudo se vai conjugar quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista jurídico.

Arcos de Valdevez 26 setembro de 2025

O Grupo Municipal do CDS/PP



Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez - 26 de setembro de 2025

Ponto 4 - Proposta de criação da Assembleia Municipal Sénior em Arcos de Valdevez

O envelhecimento demográfico constitui um dos maiores desafios sociais, económicos e políticos da atualidade. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal é um dos países mais envelhecidos da União Europeia:

Em 2021, 23,4% da população tinha 65 ou mais anos; o índice de envelhecimento atingiu os 182 idosos por cada 100 jovens;

Estima-se que, em 2050, cerca de um terço da população portuguesa será idosa.

Este fenómeno é particularmente evidente em Arcos de Valdevez, concelho que se encontra entre os mais envelhecidos do país. Segundo os Censos 2021, a população residente era de cerca de 20.000 habitantes, dos quais mais de 5.500 (27,7%) tinham 65 ou mais anos. O índice de envelhecimento atingiu os 278 idosos por cada 100 jovens, muito acima da média nacional.

O atual quadro demográfico é também produto de evoluções positivas, designadamente a diminuição da mortalidade e o aumento da esperança média de vida. Este quadro obriga à definição de uma política de longevidade, que passe pela melhoria das respostas sociais de apoio ao envelhecimento, mas também por novas respostas e estratégias que reforcem a participação cívica e social.

Esta realidade demográfica, embora constitua um desafio em termos de serviços sociais, de saúde, de mobilidade e de combate ao isolamento, deve também ser encarada como uma oportunidade de valorização da experiência, conhecimento e cidadania ativa das pessoas mais velhas.

Particularmente no nosso concelho esta iniciativa permitirá valorizar saberes e conhecimento, práticas comunitárias que construíram a coesão social de tantas das nossa freguesias e que nos permitirão, por exemplo, alavancar novos instrumentos de integração de migrantes. Afinal, muitos dos nossos mais velhos já foram eles próprios emigrantes em países terceiros.

Sabemos bem que o nosso concelho já está dotado de instrumentos de actuação nesta área tão sensível e importante: a CAPI (Comissão de apoio à população idosa), o plano de desenvolvimento social, entre outros. Porém, queremos introduzir aqui uma outra perspectiva de actuação: não é a actuação do município e dos seus serviços que queremos dinamizar, mas sim a actuação dos próprios arcuenses mais velhos, mais idosos.





Os municípios desempenham, como é sabido e por todos reconhecido, um papel essencial na construção de políticas públicas inclusivas, próximas dos cidadãos, de todos nós, e adaptadas às suas realidades. O envolvimento direto dos “mais velhos” na reflexão e formulação de propostas sobre políticas públicas é, assim, um instrumento decisivo para, entre outros:

- Reforçar a democracia participativa;
- Promover a cidadania ativa e intergeracional;
- Contribuir para políticas mais eficazes em áreas como mobilidade, apoio social;
- Preservar tradições e ofícios; promover o enriquecimento cultural e etnográfico;
- Valorizar os cidadãos mais velhos enquanto agentes de desenvolvimento e coesão social.

A criação de uma Assembleia Municipal Sénior em Arcos de Valdevez permitirá que os cidadãos com mais de 60 anos possam:

- Debater os problemas e necessidades da população sénior do concelho;
- Apresentar propostas e recomendações à Assembleia e à Câmara Municipal;
- Promover iniciativas de cidadania ativa e de reforço da solidariedade entre gerações.

A proposta inspira-se em boas práticas já implementadas em Portugal e noutros países europeus, como na França onde existem os “*Conseil Municipal des Senior*”. No nosso país encontramos inspiração para esta iniciativa em Marvão, Póvoa de Lanhoso, Arruda dos Vinhos, Ferreira do Zêzere, entre outros concelhos.

Em linha com estas experiências e de acordo com o quadro constitucional e legal português, a criação da Assembleia Municipal Sénior em Arcos de Valdevez constitui um passo decisivo para o fortalecimento da democracia local, promovendo uma participação cidadã inclusiva, representativa e responsável, adequada à realidade de um concelho profundamente envelhecido.

Suportamos a nossa proposta também naquilo que é afirmado e proposto na Estratégia Nacional de Envelhecimento Activo:

“A participação social dos mais idosos implica a integração e a participação ativa nas comunidades onde se inserem. A população mais idosa representa um valor muito elevado para a sociedade, pela experiência adquirida, pelas capacidades desenvolvidas até à idade mais avançada e ainda pela importância nas tomadas de decisão.





A participação desta franja da população em setores da sociedade relacionados com a gestão do envelhecimento atual e nos próximos anos releva a sua participação nas tomadas de decisão, facilitando encontrar as soluções mais adequadas e que melhor satisfaçam as suas necessidades.”

Não esqueçamos que já no mandato passado propusemos a criação da Assembleia Municipal Jovem, projecto levado a cabo em tantos municípios do país, com muito êxito e assinalável interesse. Permite o envolvimento e aprendizagem ^{dos jovens} ~~dos jovens~~, a consciencialização da sua cidadania e dos meios de intervenção de que dispõem, particularmente na realidade local que os envolve. Acreditamos que esta assembleia ^{Sénior Jovens} ~~jovem~~ pode coexistir com esta que ora propomos e que o trabalho de ambas gerará sinergias muito profícuas para todos os arcuenses, dos juniores aos seniores.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais, propomos à Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez, a aprovação da criação da Assembleia Municipal Sénior, órgão de natureza consultiva e participativa, destinado a promover a cidadania ativa, o debate público e a formulação de recomendações no âmbito das políticas municipais, com os objectivos já atrás enunciados. Sugerimos que seja composta por representantes de associações, instituições sociais, culturais, recreativas e de solidariedade, bem como por cidadãos mais velhos do concelho a título individual, de acordo com regulamento a aprovar, assegurando a representatividade territorial de todo o concelho. Igualmente sugerimos que tenha uma periodicidade de reuniões duas vezes por ano, de acordo com regimento próprio, e com intervenção dos eleitos da Assembleia Municipal, sendo que de todas as deliberações e recomendações aprovadas deverá ser dado conhecimento à Câmara e Assembleia Municipais. Sendo esta proposta aprovada em próxima sessão traremos proposta de regulamento que concretize o que ora é gizado ou eventualmente alterado com o debate que se seguirá.

Sabemos que esta é a última reunião deste órgão mas nem por isso perdemos legitimidade para propor medidas que vinculem o mandato seguinte, pelo que, por favor, não invoquem esse argumento para qualquer voto contrário à aprovação.

Do mesmo modo, não proponham que a proposta desça a uma qualquer comissão, consulta ou seja o que for.





Sabemos bem que essa é uma forma mais ou menos polida de “emprateleirar” a proposta e não lhe dar qualquer seguimento. Veja-se o que aconteceu com a Assembleia Municipal Jovem aqui proposta pelo PS.

Volvido um mandato ainda aguardamos o parecer do Conselho Municipal de Educação para poder avançar com um projecto que corre o país todo, em centenas de autarquias e que segue o modelo do Parlamento Jovem que deputados do distrito, de todos os partidos, já intervieram assinalado a importância destes momentos de debate e participação cívica para os jovens.

Porém, aqui nada acontece e nem o Conselho Municipal de Juventude, imposição legal aprovada em 2009 por um Governo do PSD e sob proposta da JSD, consegue vingar. Não é por serem poucos que vamos desistir da participação dos jovens na vida democrática local; e também não é por serem muitos que vamos desistir de ouvir os seniores do concelho.

O nosso concelho exige a prossecução de políticas públicas mais próximas, inovadoras e participativas, que reconheçam nos cidadãos seniores não apenas destinatários, mas também coprodutores de soluções e orientações políticas, que são valorizadas e enriquecidas pelo cunho de experiência e necessidade que lhe possa ser apostado.

Envelhecer é sempre saber e o saber é um activo infinito de avanço, de desenvolvimento, de esperança e de melhoria.

É essa melhoria que queremos introduzir para o que apelamos ao vosso voto favorável à nossa proposta.

Arcos de Valdevez, 25 de setembro de 2025

Grupo Municipal do Partido Socialista de Arcos de Valdevez,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ DE 26
SETEMBRO 2025**



**Ponto 4 PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICI-
PAL SENIOR EM ARCOS DE VALDEVEZ, APRESENTADA PELO
GRUPO MUNICIPAL DO PS.**

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.s Secretários

Sr. Presidente da Câmara, Sr.s Vereadores

Sr.as deputadas, Sr.s deputados, arcuenses e outros presentes

Ex.^{mos} senhores:

A proposta de criação de uma Assembleia Municipal Sénior, indicia que alguém, por interposta pessoa, está com intenção de criar uma nova caixa de ressonância do poder municipal, que apesar de pequenas ondas que a oposição atual cria, não fazem sequer agitar, ao de leve, a serenidade passiva das águas, que impáveis seguem o rumo perigoso de uma autocracia que se não deseja.

Embora entenda, por respeito aos idosos, a proposta, sugiro que a retirem e apoiem e aprovem a recomendação ao executivo que passamos a apresentar.

Proposta de recomendação

Nós, abaixo assinados, membros por direito próprio desta Assembleia, recomendamos que, no ano em que comemora 25 anos, a Universidade Sénior de Arcos de Valdevez, promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, a Câmara Municipal subsidie a Universidade Sénior, com verba capaz de promover e retomar a atividade e a notoriedade tida no passado ainda recente. Aí os seniores tinham aulas de literatura, história, teatro, canto, matemática, inglês entre convívios organizados em parceria com outras instituições. Ontem havia amadorismo, pois entre os alunos encontravam-se pessoas capacitadas que colocavam os seus

conhecimentos ao serviço dos outros. Com o desaparecimento de alguns dos chamados “professores”, a Universidade perdeu protagonismo e nem sei se ainda está em atividade.

Diz-se que cada vez que morre um idoso é um livro que se fecha para sempre. Vamos ajudar a Universidade Sénior a expandir os conhecimentos dos idosos, vamos fornecer-lhes novas competências, criar-lhes novas oportunidades e contribuir para no geral aumentar o grau cultural da nossa população, sugerindo à Câmara procedimento semelhante ao usado para o Ensino Básico, assumindo remuneração de professores, para as diferente áreas. Assim se ocupam os seniores desde os 50 anos de idade que pretendam inscrever-se, com atividades de utilidade que podem ir do simples entretenimento ou até à aquisição de procedimentos geriátricos.

Arcos de Valdevez, 26 de Setembro de 2025

O Grupo Municipal do CDS/PP

